ÍNDICE DAS NOTAS EXPLICATIVAS

Apresentamos as notas explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras da Unipar Carbocloro S.A., distribuídas da seguinte forma:

- 1. Contexto operacional
- 2. Base de preparação das demonstrações financeiras
- 3. Resumo das principais políticas contábeis
- 4. Estimativas e julgamentos contábeis
- 5. Gestão de risco financeiro
- 6. Instrumentos financeiros por categoria
- 7. Qualidade do crédito dos ativos financeiros
- 8. Caixa e equivalente de caixa
- 9. Aplicações financeiras
- 10. Duplicatas de clientes a receber
- 11. Impostos a recuperar
- 12. Estoques
- 13. Depósitos judiciais
- 14. Outros ativos
- 15. Combinação de negócios
- 16. Investimentos
- 17. Imobilizado
- 18. Intangível
- 19. Empréstimos e financiamentos
- 20. Demandas judiciais
- 21. Outros passivos
- 22. Participação nos lucros e resultados
- 23. Imposto de renda e contribuição social
- 24. Obrigações com benefícios aos empregados
- 25. Capital social
- 26. Reservas de lucros
- 27. Receita operacional líquida
- 28. Despesas por natureza
- 29. Outras despesas (receitas) operacionais
- 30. Resultado financeiro
- 31. Resultado por ação básico
- 32. Dividendos
- 33. Compromissos
- 34. Obrigações com arrendamento mercantil
- 35. Transações com partes relacionadas
- 36. Cobertura de seguros
- 37. Eventos subsequentes

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Unipar Carbocloro S.A. ("Companhia" ou "Unipar") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede no Estado de São Paulo e com ações negociadas na BM&FBOVESPA. A Companhia é controlada pela Vila Velha S.A. Administração e Participações e, atualmente, tem como atividades preponderantes a fabricação de cloro e soda cáustica e a participação na Tecsis Tecnologia e Sistemas Avançados S.A.

1.1. Combinação de negócios em estágios

Aquisição de participação adicional na Carbocloro Indústrias Químicas Ltda. ("Carbocloro") com a obtenção de controle societário

Em 22 de março de 2013, a Companhia adquiriu 50% do capital da Carbocloro da Occidental Química do Brasil Ltda. O valor da aquisição foi de R\$554.047, pago em 03 de maio de 2013, com recursos captados junto a instituições financeiras, em contratos de sete anos. Através desta aquisição, a Companhia tornou-se controlador integral da Carbocloro.

<u>Incorporação da Carbocloro Indústrias Químicas Ltda. na Unipar Carbocloro S.A.</u>

Em 30 de setembro de 2013, foi aprovada, em Reunião de Acionistas da Unipar Carbocloro S.A., a incorporação de sua controlada integral Carbocloro Indústrias Químicas Ltda. A incorporação ocorreu a valores contábeis. O acervo líquido da Carbocloro foi avaliado por empresa especializada, que emitiu laudo de avaliação na data-base de 31 de agosto de 2013. Abaixo são descritos, resumidamente, os valores constantes no laudo de incorporação da Carbocloro Indústrias Químicas Ltda.:

Ativo circulante	176.499
Ativo não circulante	828.026
Total de ativos incorporados	1.004.525
Passivo circulante	106.729
Passivo não circulante	101.053
Total de passivos incorporados	207.782
Acervo líquido incorporado	796.743

1.2. Informações sobre outras investidas

A Companhia detém participação na coligada Tecsis Tecnologia e Sistemas Avançados S.A., fabricante de pás para geradores de energia eólica. Em 31 de dezembro de 2014, a participação direta da Companhia no capital da coligada era de 25,17% e em 31 de dezembro de 2013 era de 25,25%.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (*Separate Financial Statements*), revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07, referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício.

2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real (R\$), que também é a moeda funcional da Companhia e de sua coligada.

Operações em moeda estrangeira são reconhecidas pelas taxas de câmbio das datas de sua aquisição e liquidação posterior. Antes de sua liquidação, exceto para ativos e passivos registrados pelo valor justo, itens monetários em moeda estrangeira são convertidos a reais pela taxa de câmbio vigente na data-base das demonstrações financeiras. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados aos itens em moeda estrangeira são registrados na demonstração do resultado separadamente, no grupo de receitas ou despesas financeiras.

2.2. Classificação de ativos e passivos segundo o grau de liquidez e exigibilidade

Ativos e passivos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. A única exceção a este procedimento está relacionada aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos, que devem sempre ser classificados como não circulante, de acordo com o estabelecido no pronunciamento CPC 26.

2.3. Uso de estimativas

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

2.4. Comparabilidade das informações financeiras

Conforme citado na Nota explicativa 1, a incorporação da investida Carbocloro Indústrias Químicas Ltda. ocorreu ao final do terceiro trimestre de 2013. Apenas a partir do quarto trimestre de 2013, os saldos de resultado do exercício, resultado abrangente, fluxos de caixa e valor adicionado da empresa incorporada foram contabilizados de forma detalhada, linha a linha, juntamente com os números da Unipar (anteriormente eram lançados em uma única linha, a de equivalência patrimonial). Este fato gera algumas distorções quando comparamos os saldos acumulados dos exercícios de 2013 e de 2014.

Adicionalmente, a Companhia efetuou algumas reclassificações nos saldos apresentados ao final do exercício de 2013 conforme tabela abaixo. A Companhia não apresentou, para fins comparativos, o balanço patrimonial no inicio do ano anterior pela inexistência de efeitos materiais nessas informações.

Balanço patrimonial

	2013							
	Apresentado	a	b	С	d.1	d.2	d.3	Reapresentado
Ativo								
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	49.943	-	-	-	-	-	-	49.943
Aplicações financeiras	72.449	-	-	-	-	=	-	72.449
Duplicatas a receber de clientes	78.732	-	-	-	-	-	-	78.732
Impostos a recuperar	36.461	-	-	-	-	-	-	36.461
Estoques	21.703	3.005	-	-	-	-	-	24.708
Despesa antecipada	-	-	2.556	-	-	-	-	2.556
Outros ativos circulantes	9.996	(3.005)	(2.556)					4.435
	269.284			<u> </u>				269.284
Não circulante								
Aplicações financeiras	38.000	-	-	-	-	-	-	38.000
Duplicatas a receber de clientes	3.307	-	-	-	-	-	-	3.307
Impostos a recuperar	2.278	-	-	-	-	-	-	2.278
Estoques	12.757	-	-	-	-	-	-	12.757
Depósitos judiciais	44.046							44.046
	100.388							100.388
Investimentos	82.506	-	=	=	-	-	-	82.506
Imobilizado	770.402	-	-	153.387	-	-	-	923.789
Intangível	390.637			(153.387)	77.280	(39.756)	(552)	274.222
	1.243.545				77.280	(39.756)	(552)	1.280.517
	1.343.933				77.280	(39.756)	(552)	1.380.905
Total do ativo	1.613.217				77.280	(39.756)	(552)	1.650.189

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

2013							
Apresentado	а	b	С	d.1	d.2	d.3	Reapresentado
18.214	-	-	-	-	-	-	18.214
149.482	-	-	-	-	-	-	149.482
17.383	-	-	-	-	-	-	17.383
10.764	-	-	-	-	-	=	10.764
16.091	-	-	-	-	-	-	16.091
3.109	-	-	-	-	-	-	3.109
11.133	-	-	-	-	-	-	11.133
21.831	-	-	-	-	-	-	21.831
248.007							248.007
591.334	-	-	-	-	-	-	591.334
5.290	-	-	-	77.280	(39.756)	(552)	42.262
21.935	-	-	-	-	-	-	21.935
							4.618
623.177				77.280	(39.756)	(552)	660.149
	-	-	-	-	-	-	384.331
	-	-	-	-	-	-	(14.879)
372.408	-	-	-	-	-	-	372.408
173			-			-	173
742.033	-					-	742.033
1.613.217				77.280	(39.756)	(552)	1.650.189
	18.214 149.482 17.383 10.764 16.091 3.109 11.133 21.831 248.007 591.334 5.290 21.935 4.618 623.177 384.331 (14.879) 372.408 173 742.033	18.214 149.482 - 17.383 - 10.764 - 16.091 - 3.109 - 11.133 - 21.831 - 248.007 591.334 - 5.290 - 21.935 - 4.618 - 623.177 - 384.331 (14.879) 372.408 - 173 - 742.033 -	18.214 149.482 17.383 10.764 16.091 11.133 11.133 1248.007 121.935	Apresentado a b c 18.214 - - - 149.482 - - - 17.383 - - - 10.764 - - - 16.091 - - - 3.109 - - - 11.133 - - - 21.831 - - - 248.007 - - - 591.334 - - - 5.290 - - - 4.618 - - - 623.177 - - - 384.331 - - - 173 - - - 742.033 - - -	Apresentado a b c d.1 18.214 - - - - 149.482 - - - - 17.383 - - - - 10.764 - - - - 3.109 - - - - 11.133 - - - - 21.831 - - - - 248.007 - - - - 591.334 - - - - 5.290 - - 77.280 21.935 - - - - 4.618 - - - - - 623.177 - - - - - - 384.331 - - - - - - - 173 - - - - - -	Apresentado a b c d.1 d.2 18.214 -	Apresentado a b c d.1 d.2 d.3 18.214 -

- (a) Refere-se aos saldos de adiantamentos para compra de matériasprimas, anteriormente classificados na rubrica de "Outros ativos circulantes", que foram transferidos para a rubrica de Estoques;
- (b) Refere-se ao saldo de "Despesas antecipadas" anteriormente classificadas em "Outras ativos circulantes", que foram transferidas para a rubrica própria para adequar o nível de comparabilidade entre os exercícios.
- (c) Adicionalmente, o pronunciamento CPC 15 (R1) requer que, durante o período de determinação do *purchase price allocation*, o adquirente ajuste retrospectivamente os valores provisórios reconhecidos na data da aquisição. Durante o exercício de 2014, foram reconhecidos os efeitos tributários da incorporação da Carbocloro Indústrias Químicas Ltda. no cálculo do ágio relativo à aquisição de participação adicional de 50% no capital desta empresa (vide Nota 15); e
- De (d.1) até (d.3), devido à incorporação da Carbocloro Indústrias Químicas Ltda., foi evidenciado, em conta específica, o valor do imposto de renda diferido ativo oriundo desta transação (vide Nota 15).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

	2013				13				
Elives de seive des stividades energeioneis	Apresentado	a.1	a.2	a.3	a.4	a.5	b	Reapresentado	
Fluxos de caixa das atividades operacionais Lucro líquido do exercício	360.072	_	_	_	-	-	-	360.072	
Ajustes ao lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-		
Depreciação e amortização	16.912	-	-	-	-	-	-	16.912	
Resultado na alienação e baixas de ativos	2.271	-	-	-	-	-	-	2.271	
Provisão de contingências judicias Reversão e baixas de depósitos e demandas	-	-	111	-	-	-	-	111	
iudiciais	-	-	-	642	(11.533)	-	-	(10.891)	
Variações monetárias para depósitos e	(4.000)							(4.000)	
demandas judiciais	(1.690)	-	-	-	-	-	-	(1.690)	
Provisão de juros e outros encargos s/	56.709	_	-	_	_	-	_	56.709	
empréstimos Provisão para crédito de liquidação duvidosa		1.108						1.108	
Provisão para ajustes de estoques	-	1.106	-	-	-	46	-	46	
Resultado de equivalência patrimonial	(35.839)	-	-	-	-	-	-	(35.839)	
mposto de renda e contribuição social diferidos	(2.987)	-	-	-	-	-	-	(2.987)	
Combinação de negócios em estágios	(344.226)	-	-	-	-	-	-	(344.226)	
Outros	(1.058)	4.400	- 111		(44.500)	- 40		(1.058)	
/origeãos pos ativos o possivos	50.164	1.108	111	642	(11.533)	46		40.538	
/ariações nos ativos e passivos Resgates de aplicações financeiras mantidas									
para negociação	98.686	-	-	-	-	-	-	98.686	
Aplicações financeiras - mantidos para									
negociação		-	-	-	-				
Estoques	(1.274)	- (4.400)	-	-	-	(46)	(3.005)	(4.325)	
Duplicatas a receber de clientes mpostos a recuperar	15.384 667	(1.108)	-	-	-	-	-	14.276 667	
Outros ativos	(15)	-	-	(642)	-	-	3.005	2.348	
Fornecedores	1.928	-	-	-	-	-	-	1.928	
Salários e encargos sociais	1.081	-	-	-	-	-	-	1.081	
mpostos, taxas e contribuições	(4.279)	-	-	-	-	-	-	(4.279)	
Obrigações de benefícios aos empregados	(10.096)	-	-	-	-	-	-	(10.096)	
Dividendos e juros sobre capital próprio ecebidos	12.486	-	-	-	-	-	-	12.486	
Outros passivos	(10.995)		(111)	_	11.533	-	_	427	
	103.573	(1.108)	(111)	(642)	11.533	(46)		113.199	
								-	
Caixa gerado pelas operações mposto de renda e contribuição social pagos	153.737 (2.257)							153.737 (2.257)	
Caixa líquido gerado pelas atividades	151.480	-	-	-	-	-	-	- 151.480	
operacionais Fluxos de caixa das atividades de									
nvestimentos	(40, 404)							(40, 404)	
Compras de imobilizado e intangível Recebimento pela venda do imobilizado	(13.481)	-	-	-	-	-	-	(13.481)	
Resgates de aplicações financeiras mantidas	=0.444							=0.444	
para negociação	78.144	-	-	-	-	-	-	78.144	
Resgate de aplicações financeiras mantidas até	_	_	_	_	_	_	_		
o vencimento									
Aplicações financeiras - mantidos até o	(25.431)	-	-	-	-	-	-	(25.431)	
vencimento Aquisição de empresa líquido de caixa	(554.428)	_	_	_	_	_	_	(554.428)	
Aporte de capital em empresa investida	(001.120)	_	-	-	-	-	-	(001.120)	
Caixa de empresa incorporada	49.833	-	-	-	-	-	-	49.833	
Outros	(5.025)							(5.025)	
Outro Kond to suffer to one offst to too to								-	
Caixa líquido aplicado nas atividades de nvestimento	(470.388)							(470.388)	
Fluxos de caixa das atividades de									
financiamento Obtenção de empréstimos	550.000							550.000	
Pagamento de empréstimos	(111.651)					-	-	(111.651)	
Pagamento de juros	(46.343)	-	-	-	_	_	-	(46.343)	
Pagamento de outros encargos sobre	(3.345)							(3.345)	
empréstimos		-	-	-	-	-	-		
Acionistas não controladores dissidentes	(14.164)	-	-	-	-	-	-	(14.164)	
Aumento do capital com AGE de 30/09/2013 Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(7.112)	-	-	-	-	-	-	(7.112)	
orvidendos e juros sobre capital proprio pagos	(7.112)							(7.112)	
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) tividades de financiamento	367.387	-			-		-	367.387	
Aumento (redução) de caixa e equivalentes								-	
de caixa, líquidos	48.479	-	-	-	-	-	-	48.479	
Caixa e equivalentes de caixa no início do	1.464	_	_	_	_	_	_	1.464	
exercício									
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	49.943	-		-	-	-	-	49.943	
-								-	

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

De (a.1) até (a.5) são reclassificações para ajustes ao Lucro líquido do exercício efetuados com o proposito de adequar o nível de comparabilidade das rubricas entre os exercícios.

(b) refere-se aos saldos de adiantamentos para compra de matérias-primas, anteriormente classificados na rubrica de "Outros ativos circulantes", que foram transferidos para a rubrica de Estoques.

2.5. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 11 de março de 2015.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor. Seus resgates podem ser feitos a qualquer momento, sem risco de perda dos rendimentos. Tais recursos são utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia.

3.2. Ativos financeiros

3.2.1. Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado ("mantidos para negociação");
- Mensurados pelo custo amortizado ("mantidos até o vencimento); e
- Empréstimos e recebíveis.

A classificação é feita na data inicial de cada transação e depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Em adição a este valor

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

são acrescidos os custos da transação, exceto para aqueles ativos financeiros classificados como mantidos para negociação. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade destes ativos.

(a) Mantidos para negociação

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são instrumentos mantidos para negociação ativa e frequente. Os derivativos utilizados pela Companhia, mesmo tendo a finalidade de proteção aos riscos corporativos, também são classificados contabilmente como mantidos para negociação.

Os ativos dessa categoria são registrados pelo valor justo, classificados no circulante e seus custos de transação são debitados à demonstração do resultado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro".

(b) Mantidos até o vencimento

São ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a entidade tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A apropriação dos juros efetivos é incluída na demonstração de resultado, na rubrica "resultado financeiro". Estão classificadas nesta categoria as debêntures adquiridas da coligada Tecsis, conforme detalhe especificado na Nota 35

(c) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e outros valores a receber, que são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem, principalmente, duplicatas a receber de clientes e demais contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. A apropriação dos juros efetivos

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

é incluída na demonstração de resultado, na rubrica "resultado financeiro".

3.2.2. Valor justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços de compra da data base das demonstrações financeiras. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares e a análise de fluxos de caixa descontados. As técnicas de avaliação fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da Unipar.

3.2.3. *Impairment* de ativos financeiros

Para todos os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*).

Uma provisão para *impairment* é reconhecida na ocorrência de um ou mais eventos, após o reconhecimento inicial dos ativos, que possam afetar negativamente seus fluxos de caixa futuros estimados. O efeito negativo nestes fluxos de caixa devem ser estimados de maneira confiável.

Os principais indicadores usados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira que afete negativamente os fluxos de caixa esperados para o ativo; e
- (iv) desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente de seus fluxos de caixa futuros estimados. Na determinação destes fluxos de caixa, excluem-se os prejuízos de crédito futuro ainda não incorridos, e é utilizada a taxa de desconto original dos ativos financeiros.

Se, num período subsequente, uma melhoria nos indicadores apontar para a diminuição ou mesmo eliminação da perda por

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

impairment, a reversão dessa perda registrada anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

3.3. Duplicatas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

As duplicatas a receber de clientes são inicialmente registradas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD"). Esta provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de arrecadar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da PCLD é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

3.4. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável, dos dois o menor. O custo é determinado usando-se o método do custo médio. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreendem matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção. A apropriação destes custos considera o cenário normal de produção de planta. Eventos extraordinários de ociosidade da fábrica ou ineficiências de produção são contabilizados diretamente no resultado.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados para finalização dos produtos e os custos estimados necessários para efetuar sua venda. As importações em trânsito são demonstradas pelos custos específicos incorridos.

O estoque de materiais de manutenção, composto substancialmente por peças sobressalentes, é registrado ao custo de aquisição deduzido, quando aplicável, de provisão para giro lento de estoques, considerando o montante que a Companhia espera recuperar pelo uso futuro dos ativos em suas operações.

3.5. Tributos a recuperar

São registrados ao custo histórico e, se aplicável, corrigidos conforme a legislação vigente.

3.6. Depósitos judiciais

São registrados ao custo histórico e, se aplicável, corrigidos conforme a legislação vigente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

3.7. Combinações de negócios

São contabilizadas utilizando-se o método de aquisição. Compõem o custo de aquisição o valor da contraprestação transferida, avaliada a valor justo, na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a Companhia avalia a participação de não controladores a valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa, quando incorridos.

Nas combinações de negócios, a Companhia avalia os ativos adquiridos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado, a valor justo e na data de aquisição da participação adicional. Os impactos desta reavaliação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Contraprestações contingentes a serem transferidas pela adquirente são reconhecidas a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes em seu valor justo são reconhecidas conforme o pronunciamento técnico CPC 38, na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, esta não é reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Em toda a combinação de negócios, é feita a comparação de saldos entre a contraprestação transferida e o valor dos ativos identificáveis adquiridos, líquidos dos passivos assumidos. Se a contraprestação for menor do que o valor justo do acervo líquido adquirido, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Se for maior, o saldo deve ser reconhecido como ágio.

Após seu reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio é alocado em uma ou mais unidades geradoras de caixa. Esta alocação ocorre nas unidades geradoras de caixa que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação de negócios. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

3.8. Ativos intangíveis de vida útil definida

3.8.1. Pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os gastos incorridos no desenvolvimento de projetos (relacionados à fase de projeto e testes de produtos novos ou aperfeiçoados) são reconhecidos como ativos intangíveis quando for provável que os projetos serão bem-sucedidos, considerando-se sua viabilidade comercial e tecnológica, e somente se o custo puder ser medido de modo confiável. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos de desenvolvimento capitalizados são amortizados desde o início da produção comercial do produto, pelo método linear e ao longo do período do benefício esperado.

3.8.2. <u>Programas de computador (softwares)</u>

Os gastos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

Os gastos diretamente associados ao desenvolvimento de *softwares*, ao atenderem determinadas condições, podem ser capitalizados. Entre estas condições estão: os programas de computador devem ser identificáveis, controlados pela Companhia e os benefícios econômicos dos gastos com seu desenvolvimento devem ser maiores do que seus custos a abrangerem um período superior a um ano. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de *softwares* e despesas gerais diretamente relacionadas a este desenvolvimento.

As licenças de *softwares* adquiridas são registradas pelo seu custo de aquisição e amortizadas durante o prazo contratual das licenças

Outros gastos que não atendam aos critérios citados anteriormente são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os gastos de desenvolvimento de *softwares* capitalizados são amortizados usando-se o método linear, ao longo de suas vidas úteis.

3.9. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição e / ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os custos de aquisição / construção incluem gastos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para seu uso. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

Gastos subsequentes são incluídos no custo do ativo, ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente puderem ser mensurados com confiança e quando for provável que gerem benefícios econômicos futuros por mais de um exercício social.

O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Reparos e

O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Reparos e manutenções corriqueiras são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear durante sua vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil destes ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos na demonstração do resultado em "outras receitas (despesas) operacionais, líquidas".

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

3.10. *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização. Tais ativos são testados anualmente para verificar se há evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*) de seu valor. Para os ativos que estão sujeitos à amortização, o teste de *impairment* é feito sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O teste de *impairment* compara o valor contábil do ativo com seu valor recuperável. Este último é definido como o maior montante entre preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de itens para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Quando o valor recuperável de um ativo é menor do que seu valor contábil, é constituída provisão para perdas, em contrapartida ao resultado do exercício. No caso do ágio, qualquer provisão para perdas constituída é irreversível. Para os demais ativos não financeiros, caso os testes indiquem que a provisão para *impairment* não é mais necessária, esta provisão pode ser revertida.

3.11. Contas a pagar aos fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios. Inicialmente são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.12. Empréstimos e financiamentos

Inicialmente, são reconhecidos pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido, calculados considerando a taxa efetiva das captações, mais efeitos da variação cambial.

As taxas pagas para captação dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o montante seja sacado. Taxas de administração / manutenção da linha de crédito são contabilizadas no resultado do exercício, quando incorridas, na rubrica de despesas financeiras.

3.13. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, formalizada ou não, resultante de eventos passados, e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar esta obrigação. Além dos pré-requisitos já citados, uma provisão deve ser constituída somente quando uma estimativa confiável do valor da saída de recursos puder ser preparada.

A Companhia reconhece provisão para contratos onerosos quando os benefícios que se espera auferir de um contrato forem menores do que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações assumidas.

As provisões são registradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação, usando taxa de desconto antes dos efeitos de impostos sobre a renda, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.14. Benefícios aos empregados

3.14.1. Obrigações de aposentadoria

A Companhia opera planos de pensão nas modalidades de benefício definido e, também, de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições adicionais se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar eventuais benefícios futuros esperados pelos empregados. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos de forma imediata em "outros resultados abrangentes".

Com relação ao plano de contribuição definida, a Companhia faz contribuições para a entidade de previdência privada. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

3.14.2. Assistência médica pós-aposentadoria

A Companhia oferece a seus funcionários um benefício de plano de saúde pós-aposentadoria. O benefício é concedido quando, de forma cumulativa: (i) o funcionário tenha seu contrato de trabalho rescindido e (ii) já esteja aposentado pela previdência oficial.

Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil utilizada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em outros componentes do resultado abrangente. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes.

3.14.3. Participação nos lucros

A Companhia provisiona mensalmente o valor estimado da participação de empregados nos lucros, em contrapartida ao resultado do exercício. O cálculo da provisão leva em consideração

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

as metas divulgadas aos colaboradores e os resultados atingidos pela Unipar.

3.15. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

São reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no resultado abrangente ou no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto de renda e a contribuição social também são reconhecidos no resultado abrangente ou no patrimônio líquido.

3.15.1. Saldos correntes

Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. Periodicamente, a Administração avalia as posições assumidas pela Companhia nas situações em que a regulamentação fiscal dá margem a interpretações e estabelece provisões com base nas estimativas dos valores a serem pagos às autoridades fiscais.

3.15.2. Saldos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre (i) os prejuízos fiscais e bases negativas acumulados e (ii) as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. O imposto de renda diferido é determinado usando-se as alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço. Mudanças posteriores nas alíquotas de imposto ou na legislação fiscal podem alterar os valores dos saldos de impostos diferidos, tanto ativos como passivos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que as projeções anualmente preparadas pela Companhia, examinadas pelo Conselho Fiscal e aprovadas pelos órgãos da Administração, indiquem que seja provável a realização futura de tais créditos fiscais.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados de forma líquida quando há direito de compensar tais valores. Isto ocorre quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável, sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

3.16. Reconhecimento da receita

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida (ou a receber) pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) os valores das receitas e dos custos podem ser mensurados com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Unipar; e (iii) os riscos e benefícios associados a transação são substancialmente transferidos ao comprador.

3.17. Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Quando a Companhia compra ações do próprio capital (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos de impostos), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Unipar até que as ações sejam canceladas ou renegociadas. Na renegociação, o valor recebido, considerando custos adicionais da transação diretamente atribuíveis (líquidos de impostos) é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Unipar. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação objeto da transação é reconhecida em reservas de capital.

3.18. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos, incluindo os juros sobre o capital próprio, para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do dividendo mínimo obrigatório somente é provisionado na data de sua aprovação, em Assembleia Geral de Acionistas, ou na data de seu pagamento, se for anterior.

3.19. Pronunciamentos emitidos que não encontram-se em vigor em 31 de dezembro de 2014

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras, são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

3.19.1. IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9, que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a IAS 39 e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração de instrumentos financeiros, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 entra em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018, não sendo permitida a aplicação antecipada. A aplicação antecipada de versões anteriores da IFRS 9 (2009, 2010 e 2013) é permitida se a data de aplicação inicial for anterior a 1º de fevereiro de 2015.

3.19.2. IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes

A IFRS 15, emitida em maio de 2014, estabelece um novo modelo de reconhecimento de receitas, constante de cinco passos. Este modelo será aplicado aos contratos com clientes e contempla uma abordagem mais estruturada para mensurar e reconhecer receita.

A nova norma é aplicável a todas as entidades e substituirá todas as atuais exigências de reconhecimento de receita, nos termos da IFRS. Uma aplicação retrospectiva total ou modificada é exigida para períodos anuais que tenham início em 1º de janeiro de 2017, sendo que a adoção antecipada, permitida pela IFRS, está em análise no Brasil.

3.19.3. <u>Alterações à IFRS 11 Acordos Conjuntos: Contabilização de</u> <u>Aquisições de Partes Societárias</u>

As alterações à IFRS 11 exigem que um operador conjunto, que esteja contabilizando a aquisição de participação societária em uma operação conjunta, na qual a atividade da operação conjunta constitua um negócio, aplique os princípios pertinentes da IFRS 3 para contabilização de combinações de negócios. As alterações também deixam claro que uma participação societária previamente mantida em uma operação conjunta não é remensurada sobre a aquisição de participação adicional na mesma operação conjunta enquanto o controle conjunto for retido.

Adicionalmente, uma exclusão de escopo foi adicionada à IFRS 11 para especificar que as alterações não se aplicam quando as partes que compartilham controle conjunto, inclusive a entidade de reporte, estiverem sob controle comum da parte controladora principal.

As alterações se aplicam tanto à aquisição da participação final em uma operação conjunta quanto à aquisição de quaisquer participações adicionais na mesma operação conjunta e são

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

prospectivamente vigentes para períodos anuais iniciados em $1^{\underline{o}}$ de janeiro de 2016, não sendo permitida a adoção antecipada no Brasil.

3.19.4. <u>Alterações à IAS 16 e à IAS 38 – Esclarecimento de Métodos</u> <u>Aceitáveis de Depreciação e Amortização</u>

As alterações esclarecem o princípio da IAS 16 e da IAS 38 em que a receita reflete um modelo de benefícios econômicos gerados a partir da operação de um negócio (do qual o ativo faz parte), em vez dos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo. Como resultado, um método baseado em receita não pode ser utilizado para fins de depreciação de ativo imobilizado, podendo ser utilizado somente em circunstâncias muito limitadas para amortizar os ativos intangíveis. As alterações estarão vigentes prospectivamente para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 e não é esperado que tenham impacto para a Companhia, uma vez que esta não utilizou um método baseado em receita para depreciar ativos não circulantes.

3.19.5. <u>Alterações à IAS 27 – Método de Equivalência Patrimonial em</u> Demonstrações Financeiras Separadas

As alterações permitirão que as entidades utilizem o método de equivalência patrimonial ao contabilizarem investimentos em controladas, *joint ventures* e coligadas em demonstrações financeiras separadas. As entidades que já estejam aplicando a IFRS e optem por passar a adotar o método da equivalência patrimonial em suas demonstrações financeiras separadas terão de aplicar essa mudança retrospectivamente. As alterações estarão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016. O IFRS permite a adoção antecipada, que está em análise no Brasil. Essas alterações não terão impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia

4. Estimativas e julgamentos contábeis

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes. A Companhia revisa suas estimativas ao menos trimestralmente e o grau de revisão depende da natureza das transações e do cenário econômico.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que têm um risco significativo de sofrer ajustes relevantes quando os resultados reais forem conhecidos são apresentadas abaixo:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

a) Tributos

Os tributos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

Pode haver casos em que as normas fiscais não são suficientemente claras em relação à sua aplicação. Adicionalmente, o resultado de julgamentos em tribunais superiores podem criar jurisprudências que difiram do tratamento tributário atualmente adotado pela Companhia. Também há a possibilidade das próprias autoridades fiscais emitirem orientações posteriores que esclareçam a aplicação de alguns tributos. Entre outras, estas são situações que podem levar a Companhia a alterar suas estimativas em relação ao pagamento de tributos.

b) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher entre diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. Mudanças nas condições de mercado, a descoberta de outras técnicas de avaliação ou até mesmo o surgimento de instrumentos similares cotados em mercados ativos podem alterar as estimativas atualmente calculadas pela Companhia.

c) Obrigações com benefícios aos empregados

Conforme descrito na Nota 24, a Companhia concede benefícios a seus funcionários que levam ao provisionamento de futuros desembolsos. Para determinar os valores justos destes benefícios e dos ativos que possam cobrilos, a Companhia utiliza premissas atuariais, tais como taxas de mortalidade, invalidez, rotatividade, etc., e premissas financeiras, tais como taxas de inflação futura, taxas de desconto, etc.

Mudanças no cenário econômico e na expectativa de vida dos beneficiários, entre outras, podem afetar de forma significativa os valores atualmente registrados.

d) Vida útil do ativo imobilizado

A determinação da vida útil do imobilizado tem impacto significativo na determinação do resultado da Companhia, na medida em que impacta o valor dos custos de depreciação contabilizada. A determinação da vida útil depende de fatores inerentemente incertos, como utilização esperada, níveis de manutenção, desenvolvimentos tecnológicos, entre outros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

e) Provisões para processos judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis. A determinação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos advogados externos.

A alteração destas evidências, incluindo resultados de julgamentos similares, em tribunais ou na esfera administrativa, podem alterar as estimativas atualmente registradas pela Companhia.

f) Impairment de ativos não financeiros

A determinação do valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada em métodos de fluxo de caixa descontado, bem às projeções de fluxos de caixa futuros esperados. Condições econômicas adversas podem fazer com que estas premissas sofram alterações significativas.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os principais ativos não financeiros sujeitos à avaliação de *impairment* são os ativos imobilizado e intangível.

g) Recuperabilidade de créditos fiscais diferidos

A Administração realizou estudos técnicos de viabilidade, aprovados pelos órgãos de Administração, indicando o reconhecimento adicional de ativo fiscal diferido. Os estudos técnicos de viabilidade consideram estimativas que estão relacionadas ao desempenho da Companhia, assim como o comportamento do mercado de atuação e determinados aspectos econômicos. Mudanças no cenário de negócio podem afetar a previsão de recuperabilidade destes créditos.

5. Gestão de risco financeiro

5.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A política da Companhia para a utilização de instrumentos derivativos é voltada apenas para a proteção do risco com a variação cambial. Quando necessário esta se utiliza dos instrumentos derivativos para proteção de seu passivo financeiro e fluxo de caixa contra os movimentos adversos da taxa de câmbio, sendo que nenhuma operação é realizada para fins especulativos. Toda e qualquer operação de hedge ou outra operação que

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

envolva a contratação de instrumentos derivativos deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração.

a) Risco de mercado

Risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam os riscos de taxa de juros e cambial. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos e financiamentos a pagar, depósitos e instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

i) Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas as taxas de juros variáveis. A Companhia não tem celebrado contratos de instrumentos financeiros derivativos para cobrir esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar a eventual necessidade de contratação desses instrumentos.

O BNDES cobra juros fixos sobre a TJLP sobre os empréstimos e financiamentos com a finalidade de aumento de capacidade de produção, melhoria das instalações e aquisições de máquinas e equipamentos. A Companhia entende que não há risco de alta volatilidade para esta parcela da dívida.

Variação nas taxas do CDI

A Companhia mantém parte substancial da sua dívida e de suas aplicações financeiras, caixa e equivalentes de caixa indexadas à variação do CDI, conforme demonstrado a seguir:

Instrumentos Financeiros indexados ao CDI

	2014	2013
Exposição líquido em CDI		_
Caixa e equivalentes de caixa indexado ao CDI	35.654	47.095
Aplicações financeiras indexadas ao CDI	82.159	67.875
Empréstimos de curto e longo prazo indexados ao CDI	(625.919)	(710.833)
Exposição Líquida ao CDI	(508.106)	(595.863)

A expectativa de mercado, conforme dados apresentados no relatório de mercado Focus (BACEN), com data base em 23 de janeiro de 2015, indicavam uma taxa mediana (Top 5) da Selic estimada em

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

12,47%, cenário provável para o ano de 2015, ante a taxa efetiva de 11,57% verificada em 31 de dezembro de 2014.

Adicionalmente, a Companhia efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, considerando deterioração da taxa em 25% ou 50% superiores ao cenário provável, conforme quadro abaixo:

		Cenário I	Cenário II
	Cenário	deterioração	deterioração
CDI	provável	de 25%	de 50%
Taxa efetiva em 31 de dezembro de 2014	11,57%	11,57%	11,57%
Exposição Liquida em CDI	(508.106)	(508.106)	(508.106)
Taxa anual estimada do CDI para 2015	12,47%	15,59%	18,71%
Redução da exposição líquida	(5.615)	(24.570)	(42.036)

Variação nas taxas do IPCA

A Companhia mantém aplicações financeiras indexadas à variação do IPCA no montante de R\$46.285 em 31 de dezembro de 2014 (R\$42.574 em 31/12/2013).

Para fins de análise de sensibilidade nas transações indexadas ao IPCA a Companhia estimou, com base nas expectativas de mercado divulgadas em 23 de janeiro de 2015, pelo BACEN, por meio do Relatório de Mercado Focus, os cenários prováveis para o IPCA no ano de 2015. Os cenários I e II foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, abaixo da expectativa provável, conforme demonstrado a seguir:

		Cenário I	Cenário II
	Cenário	deterioração	deterioração
IPCA	provável	de 25%	de 50%
Taxa efetiva em 31 de dezembro de 2014	6,41%	6,41%	6,41%
Aplicações Financeira Indexadas ao IPCA	46.285	46.285	46.285
Taxa anual estimada do IPCA para 2015	6,99%	5,24%	3,50%
Efeito no resultado e no patrimônio líquido	116	(234)	(586)

ii) Risco Cambial

A Companhia está suscetível a esta variação em virtude dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos e ativos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norteamericano, conforme a seguir detalhado:

	2014		2013		
	Moeda estrangeira - milhares	Reais	Moeda estrangeira - milhares	Reais	
Passivo Contas a pagar em US\$ Empréstimos em US\$	(20) (2.809)	(54) (7.461)	(496) (3.704)	(1.163) (8.677)	
Exposição líquida		(7.515)		(9.840)	

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

A estratégia para o gerenciamento do risco de variação cambial deve ser defensiva, tratando de proteger os resultados financeiros e o fluxo de caixa contra os movimentos adversos das taxas de câmbio. Como controle interno, a Tesouraria informa periodicamente à Diretoria sobre as posições e exposições aos instrumentos derivativos contratados. A Companhia gerencia o risco de variação cambial através de planilhas e monitoramento de preços e curvas de mercado.

Variação nas taxas de câmbio

Para fins de análise de sensibilidade nas transações que envolvem exposição à variação cambial (basicamente empréstimos e financiamentos em moedas estrangeiras), a Companhia estimou, com base nas expectativas de mercado divulgadas em 10 de outubro, pelo BACEN, por meio do Relatório de Mercado Focus, os cenários prováveis para o dólar norte-americano no ano de 2015. Os cenários I e II foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, acima da expectativa provável, conforme demonstrado a seguir:

Juros e Variação Cambial (US\$)	Cenário provável	Cenário I deterioração de 25%	Cenário II deterioração de 50%
Empréstimos em moedas estrangeiras (MUS\$ 2,809) Taxa do Dólar em 31 de dezembro de 2014 Cesta de moedas BNDES (moeda 006) em 31/12/2014	(7.461) 2,6562 4,0965480	(7.461) 2,6562 4,0965480	(7.461) 2,6562 4,0965480
Taxa do Dólar estimada para 2015 Cesta de moedas BNDES (moeda 006) estimada 2015 Efeito acumulado no resultado e patrimônio líquido 2015: (Redução) / Aumento	2,72000 4,096548 179	3,4000 5,12085 (2.083)	4,0800 6,144822 (3.987)

b) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia em concentração de risco de crédito consistem, principalmente, em saldos em bancos, ativos financeiros mensurados ao valor justo e contas a receber de clientes.

A política de vendas está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber. A Administração da Companhia monitora o risco do saldo a receber de clientes, avaliando a necessidade de se constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

As aplicações financeiras da Companhia estão distribuídas em debêntures da empresa coligada Tecsis, aplicações em debêntures de outras empresas privadas/públicas e aplicações em instituições financeiras. Com relação às aplicações financeiras em instituições financeiras e aplicações em debêntures de outras empresas privadas, a Companhia realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito avaliado por agências especializadas (agências de rating e de diagnóstico de crédito). A Companhia mantém o monitoramento do cumprimento de seus procedimentos de seleção de instituições financeiras.

c) Risco de liquidez

É o risco da Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e os passivos financeiros derivativos a serem liquidados pela Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa temporários.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados:

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2014				
Empréstimos (1)	246.746	169.809	408.995	52.959
Fornecedores	18.711	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2013				
Empréstimos (1)	217.668	187.861	432.187	166.886
Fornecedores	18.214	-	-	-

⁽¹⁾ Inclui juros projetados até o final dos contratos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

5.2. Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de proporcionar a melhor gestão de caixa, de forma a obter o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio ou capital de terceiros.

A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira relacionado com o capital total.

A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e de longo prazo), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial.

Estes índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2014 e de 31 de dezembro de 2013, podem ser assim demonstrados:

	2014	2013
Total dos empréstimos (Nota 19)	650.203	740.816
Menos - caixa e equivalentes de caixa (Nota 8)	37.755	49.943
Menos – aplicações financeiras (Nota 9)	128.444	110.449
(Dívida líquida) ativos financeiros líquidos	(484.004)	(580.424)
Total do patrimônio líquido	776.870	742.033
Total do capital	1.260.874	1.322.457
Índice de alavancagem financeira - %	38,39	43,89

A Companhia também monitora o capital com base nos índices de alavancagem relacionados com a geração de caixa operacional através da divisão da divida líquida pelo EBITDA que é apurado através do lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social, apresentado nas demonstrações de resultados, líquido do efeito da depreciação e amortização no exercício. Estes índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 podem ser assim demonstrados:

	2014	2013
Total dos empréstimos (Nota 19)	650.203	740.816
Menos - caixa e equivalentes de caixa (Nota 8)	37.755	49.943
Menos – aplicações financeiras (Nota 9)	128.444	110.449
Dívida líquida	(484.004)	(580.424)
4		
EBTIDA (*)	183.199	407.187
Coeficiente de dívida líquida/EBITDA	2,64	1,43

^{*}EBITDA calculado de acordo com a instrução CVM nº 527/12.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

5.3. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica a alteração ao IFRS 7 e CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

Os instrumentos financeiros detidos pela Companhia, que são mensurados a valor justo, foram, em todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras, precificados com base na hierarquia descrita no nível 2 acima.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

6. Instrumentos financeiros por categoria

	2014	2013
Ativos		
Valor justo		
Aplicações financeiras	84.668	70.317
Caixa e equivalente de caixa	37.755	49.943
Custo amortizado		
Aplicações financeiras	43.776	40.132
Contas a receber	79.313	82.039
31 de dezembro de 2014	245.512	242.431
	2014	2013
Passivos		
Custo amortizado		
Empréstimos	650.203	740.816
Fornecedores	18.711	18.214
Outros passivos	22.117	27.722
	691.031	786.752

7. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	2014	2013
Conta-corrente, depósitos bancários de curto prazo e títulos e valores mobiliários em entidades de primeira		
linha de risco de crédito	122.423	120.258
Entidade com risco de crédito maior	43.776	40.134
	166.199	160.392

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

8. Caixa e equivalentes de caixa

	2014	2013
Recursos em caixa e contas-corrente bancárias Certificado de Depósitos Bancários (CDBs) compromissados pelo agente emissor com liquidez	2.101	2.848
diária garantida contratualmente	35.654	47.095
	37.755	49.943

9. Aplicações financeiras

_	2014	2013
Mantidos para negociação		
Certificado de Depósitos Bancários - CDBs	-	58.061
Cotas de Fundos de Investimentos	80.097	5.093
Debêntures empresas Privadas / Públicas	4.571	7.163
_	84.668	70.317
Mantidos até o vencimento		
Debêntures Tecsis (Vide nota 35)	43.776	40.132
_	128.444	110.449
Circulante	128.444	72.449
Não Circulante		38.000

Até 30 de setembro de 2013, a Unipar ainda era apenas uma *holding*. Dessa forma, a movimentação das aplicações financeiras classificadas como mantidas para negociação foi apresentada como "atividade de investimento" na demonstração dos fluxos de caixa. Com a incorporação da Carbocloro Indústrias Químicas Ltda., uma empresa industrial, a movimentação destas aplicações financeiras passou a ser apresentada como "atividade operacional", uma vez que estes instrumentos passaram a ser utilizados no gerenciamento de fluxo de caixa operacional.

10. Duplicatas de clientes a receber

	2014	2013
Clientes nacionais	93.501	89.526
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(14.188)	(7.487)
	79.313	82.039
Circulante	77.614	78.732
Não circulante	1.699	3.307

Todas as duplicatas a receber não circulantes vencem em até três anos a contar da data do balanço.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa de duplicatas a receber de clientes da Companhia é a seguinte:

	2014	2013	
Em 1º de janeiro	7.487	870	
Incorporação da Carbocloro	-	5.509	
Adição ao PCLD	6.701	1.108	
Em 31 de dezembro	14.188	7.487	

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa de duplicatas a receber foi registrada no resultado do exercício como "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" conforme demonstrado na Nota 29. Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia não mantém nenhum título como garantia.

A tabela a seguir resume os saldos de contas a receber por vencimento líquido da provisão para perdas:

_	2014		2013	
	Bruto	Provisão	Bruto	Provisão
	00.400	4 200	70.400	
Créditos a vencer	82.423	4.320	78.483	-
Vencidos até 90 dias	1.625	389	3.745	-
Vencidos de 91 até 180 dias	300	212	139	139
Vencidos de 181 até 365 dias	2.080	2.026	-	-
Vencidos acima de 365 dias	7.241	7.241	7.348	7.348
Total de duplicatas a receber	93.669	14.188	89.715	7.487
(-) Receita financeira a apropriar	(168)		(189)	
Total de duplicatas a receber de clientes	93.501	14.188	89.526	7.487

As duplicatas a receber de clientes e demais contas a receber da Companhia são mantidas em reais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

11. Impostos a recuperar

· ·	2014	2013
Imposto de Renda e Contribuição Social (1)	1.131	30.037
ICMS a recuperar (2)	5.303	3.808
Pis a compensar Lei 9.715	3.098	2.979
INSS a compensar (3)	6.123	-
Adicional de IR Estadual	1.252	-
Outros	671	1.915
-	17.578	38.739
Circulante	14.158	36.461
Não circulante	3.420	2.278

- (¹) Créditos provenientes de IR e CSLL pagos à maior em períodos anteriores.
- (²) Impostos incidentes sobre aquisições de ativo imobilizado, os quais estão reconhecidos no ativo circulante e não circulante.
- (3) Crédito reconhecido por decisão judicial transitada em julgado, objeto de ação de repetição de indébito contra a Previdência Social, decorrente de valores recolhidos a título de contribuições previdenciárias efetuadas no período de Julho de 1989 a Julho de 1994. A compensação do referido crédito está sendo efetuada pela Companhia mensalmente, conforme Despacho Decisório da Secretária da Receita Federal do Brasil, no qual orienta que a compensação somente pode ser efetuada com débitos previdenciários em GFIP Guia de Recolhimento do FGTS e Informação à Previdência Social.

12. Estoques

	2014	2013
Matérias-primas	10.787	9.867
Produtos em processo	2.464	2.711
Produtos acabados	3.419	4.242
Provisão para desvalorização	(869)	(1.575)
Materiais auxiliares e embalagens	1.982	2.713
Materiais de manutenção e outros	17.854	16.502
Adiantamento à fornecedores de matéria prima	4.525	3.005
-	40.162	37.465
Circulante	27.405	24.708
Não circulante	12.757	12.757

As movimentações na provisão para desvalorização dos estoques da Companhia são as seguintes:

	2014	2013
Saldo inicial	(1.575)	-
Incorporação da Carbocloro	-	(1.529)
Constituição de provisão	(869)	(1.341)
Reversão de provisão	1.575	1.295
Saldo final	(869)	(1.575)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

13. Depósitos judiciais

a) Composição dos depósitos judiciais

	2014	2013
Tributários	43.589	41.233
Trabalhistas	6.045	2.813
Não circulante	49.634	44.046

b) Movimentação dos depósitos judiciais

	2014	2013
Saldo inicial	44.046	36.975
Incorporação da Carbocloro	-	679
Transferência de depósitos sem reserva	(334)	4.492
Adição de depósito	2.992	426
Atualização monetária	2.940	2.116
Baixa de depósito	(10)	(642)
Saldo final	49.634	44.046

O saldo dos depósitos judiciais é composto, principalmente, pelos processos judiciais tributários a seguir:

- Processo tributário PERDCOMPs não homologadas pela Receita Federal, no valor de R\$21.159 (31/12/2013 - R\$19.758), sem constituição de provisão por estar classificado como perda remota;
- Processo cível Ex-controlada Goyana S.A. Indústrias de Matérias Plásticas no valor de R\$12.792 (31/12/2013 - R\$12.059), referente processo de arbitragem sobre contrato de compra e venda firmado com a LANXESS sem constituição de provisão por estar classificado como perda possível;
- Processo tributário PIS COFINS diferença de alíquota de 1% sobre os impostos recolhidos no período de abril/99 a maio/2001 no valor de R\$8.416 (31/12/2013 - R\$8.071), sem provisão constituída por estar classificado como perda possível.

14. Outros ativos

_	2014	2013
Adiantamento a fornecedores	358	3.648
Créditos a receber na venda de ativos	6.553	-
Reclamações de seguros	-	554
Outros créditos	207	233
Total circulante	7.118	4.435

O saldo de créditos a receber na venda de ativos refere-se a valores a receber advindos da venda de um terreno no município de Mauá-SP.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

15. Combinação de negócios

No exercício de 2013, a Companhia adquiriu participação adicional de 50% do capital da Carbocloro Indústrias Químicas Ltda., pelo valor de R\$554.047. Tendo em vista que a Unipar já detinha outros 50% do capital da Carbocloro na data desta aquisição, a combinação de negócios foi tratada como uma combinação em estágios. Desta forma, a participação já detida pela Unipar na Carbocloro, registrada pelo valor de R\$209.822, foi mensurada novamente, a valor justo, e a valorização desse investimento foi registrada no resultado de 2013.

O processo de determinação do *purchase price allocation* foi finalizado 1 ano após a transação. O cálculo do ágio é demonstrado na tabela abaixo:

	Aquisição de participação adicional	Reavaliação da participação já detida	Totais
<u>Valores na data da transação</u> Valor justo da participação na data da aquisição Valor contábil da participação na data da aquisição Diferença	554.047 (209.822) 344.225	554.047 (209.822) 344.225	1.108.094 (419.644) 688.450
Alocação no ativo imobilizado Valor justo dos ativos imobilizados avaliados Valor contábil dos ativos imobilizados avaliados Alocação no ativo imobilizado, sem efeitos de impostos	(438.175) 210.985 (227.190)	(438.175) 210.985 (227.190)	(876.350) 421.970 (454.380)
Alocação em carteira de clientes Valor justo da carteira de clientes avaliada Alocação em carteira de clientes, sem efeitos de impostos	(106) (106)	(106) (106)	(212) (212)
Efeitos de impostos IRPJ e CSLL diferidos passivos sobre alocações de imobilizado e carteira de clientes Efeito de impostos sobre alocações*	77.280 77.280	77.280 77.280	154.560 154.560
Outras alocações Demandas judiciais com risco de perda possível Demandas judiciais, líquidas de impostos*	801 801	801 801	1.602 1.602
Saldo do ágio em 31 de dezembro de 2013	195.010	195.010	390.020
<u>Ajustes de exercícios anteriores</u> Ajustes Ajustes de exercícios anteriores, líquidos de impostos	(248) (248)	799 799	551 551
Efeitos de impostos sobre incorporação da Carbocloro (I) Realização de IRPJ e CSLL diferidos passivos Efeito de impostos sobre incorporação	(77.280) (77.280)	<u>-</u>	(77.280) (77.280)
Saldo do ágio em 31 de dezembro de 2013 - reapresentado	117.482	195.809	313.291
<u>Ajustes de exercícios anteriores</u> Ajustes Ajustes de exercícios anteriores, líquidos de impostos	(552) (552)	<u>-</u>	(552) (552)
Saldo do ágio em 31 de dezembro de 2014	116.930	195.809	312.739
Efeitos de impostos sobre incorporação da Carbocloro (II) Reclassificação do IRPJ e CSLL diferidos ativos Efeito de impostos sobre incorporação	(39.756) (39.756)	- -	(39.756) (39.756)
Saldo do ágio em 31 de dezembro de 2014 (com efeitos de IR diferido ativo)	77.174	195.809	272.983

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

Em relação ao valor de ágio divulgado ao final de 2013, de R\$390.020, foram feitos ajustes de forma a considerar os efeitos tributários da incorporação da Carbocloro Indústrias Químicas Ltda. Estes efeitos montam em R\$77.280 e estão relacionados apenas à alocação de saldos oriundos da aquisição da participação adicional de 50% no capital da empresa. No momento da incorporação, as bases fiscal e contábil dos ativos são igualadas e os impostos diferidos deixam de existir.

Em relação aos efeitos tributários relacionados à parcela já detida pela empresa, não há efeitos imediatos oriundos da incorporação e os saldos de impostos diferidos são realizados à medida que os ativos a eles relacionados são amortizados. Ao final do processo de *purchase price allocation*, o ágio total da transação montava em R\$312.739.

Adicionalmente, com a incorporação da Unipar Carbocloro, o ágio relacionado à aquisição da parcela adicional do capital da empresa passa a ser dedutível para fins tributários. Para refletir este efeito, foi registrado um valor de imposto de renda diferido ativo de R\$39.756 em contrapartida a uma redução dos saldos de intangível no mesmo valor.

16. Investimentos

 a) Movimentação do investimento na coligada Tecsis Tecnologia e Sistemas Avançados S. A.

	2014	2013
Investimento	(6.982)	4.377
Ágio sobre aquisição	26.897	26.897
Mais valia de ativos e passivos	58.506	58.506
Amortização mais valia	(11.867)	(7.274)
Saldo final	66.554	82.506

	2014	2013
Saldo inicial	82.506	305.300
Equivalência patrimonial	(4.007)	35.839
Variação no percentual de participação	802	-
Aporte de Capital na Investida	1.669	-
Valor pago para aquisição da participação		
adicional de 50% da Carbocloro	-	554.047
Valor do ágio	-	(390.020)
Valor Incorporado pela Unipar	-	(418.828)
Amortização de valor justo	(6.960)	(6.960)
IRPJ/CSLL s/ amortização de valor justo	2.367	2.367
Ajuste de avaliação patrimonial	(9.823)	761
Saldo final	66.554	82.506

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

b) Informações da investida

Saldo em 31 de dezembro de 2014

Empresas	% Part. ações ordinárias	Lucro/ prejuízo	Ativo	Passivo	Receita Iíquida	Capital social	Patrimônio líquido total	Ajuste ao Patrimônio líquido	Total base ajustado	Nossa part. patrimônio líquido	Equivalência patrimonial
Tecsis	25,17	(15.916)	1.047.507	1.049.064	1.268.037	240.909	(1.557)	(26.174)	(27.730)	(6.981)	(3.205)

Saldo em 31 de dezembro de 2013

Empresas	% Part. ações ordinárias	Lucro/ prejuízo	Ativo	Passivo	Receita líquida	Capital social	Patrimônio líquido total	Ajuste ao Patrimônio líquido	Total base ajustado	Nossa part. patrimônio líquido	Equivalência patrimonial
Tecsis	25,25	(126.102)	1.008.728	965.220	842.223	231.048	43.508	(26.174)	17.334	4.377	(31.694)

Tecsis Tecnologia e Sistemas Avançados S.A.

A Companhia possui 25,17% de participação na Tecsis, (25,25% em 31/12/2013) e conta com um membro no seu conselho de Administração, caracterizando-se conforme o CPC 18R2 – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto como uma coligada. A Companhia detêm influência significativa, porém não o controle, e desta forma esse investimento é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial. Localizada em Sorocaba – SP, tem por objetivo social a produção e comercialização de pás customizadas para geradores de energia eólica.

(¹) Resultado da soma da equivalência patrimonial e a variação no percentual de participação constante na movimentação do investimento demonstrada nesta nota no item (a). A variação no percentual de participação refere-se ao ganho na equivalência patrimonial em função de mudanças no percentual de participação apurada no 1° trimestre deste ano.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

17. Imobilizado

	2013	Adições	Transferências	Baixas	2014
Custo					
Terrenos	250.644	-	-	(3.094)	247.550
Edificações e Construções	137.724		8.255	-	145.979
Equipamentos e Instalações	1.002.065	-	34.592	(1.314)	1.035.343
Veículos	1.975	-	116	(693)	1.398
Móveis e Utensílios	11.413	-	753	(45)	12.121
Demais bens	10.500	-	614	(2)	11.112
Total em operação	1.414.321	-	44.330	(5.148)	1.453.503
Imobilizado em Andamento	54.046	43.302	(60.072)	-	37.276
Total	1.468.367	43.302	(15.742)	(5.148)	1.490.779
Depreciação					
Edificações e Construções	(41.339)	(3.661)	-	-	(45.000)
Equipamentos e Instalações	(488.542)	(33.393)	-	1.085	(520.850)
Veículos	(769)	(264)	-	239	(794)
Móveis e Utensílios	(7.593)	(782)	-	34	(8.341)
Demais bens	(6.335)	(568)	-	-	(6.903)
Total em operação	(544.578)	(38.668)	-	1.358	(581.888)
Imobilizado em Andamento	-	-	-	-	-
Total	(544.578)	(38.668)		1.358	(581.888)
	923.789	4.634	(15.742)	(3.790)	908.891

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear durante a vida útil estimada.

O quadro a seguir demonstra a taxa de depreciação anual e a vida útil estimada dos ativos.

	Anos	Taxa de Depreciação Anual
Edifícios e benfeitorias	15 a 29	3,45% a 6,67%
Equipamentos e instalações	16 a 19	6,25%
Veículos	5	20%
Móveis, utensílios e demais bens	5 a 10	10%

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

18. Intangível

Durante o exercício de 2014 a Administração não identificou nenhum indicador de perda de valor dos ativos intangíveis.

	Ágio – Goodwill	Ágio – Combinação de Negócios em Estágios	Tributos Diferidos S/Ágio não/alocado	Carteira de Clientes	Direito de uso de Software	Total
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 Reapresentado Amortização acumulada	117.482	195.809	(39.756)	212 (7)	3.711 (3.229)	277.458 (3.236)
Saldo contábil líquido Ajuste exercício anterior Transferências Amortização	117.482 (552) - -	195.809 - - -	(39.756) - - -	205 - - (25)	482 - 15.742 (1.256)	274.222 (552) 15.742 (1.281)
Saldo contábil, líquido	116.930	195.809	(39.756)	180	14.968	288.131
Em 31 de dezembro de 2014 Custo Amortização acumulada	116.930	195.809	(39.756)	212 (32)	19.453 (4.485)	292.648 (4.517)
Saldo contábil líquido	116.930	195.809	(39.756)	180	14.968	288.131

19. Empréstimos e financiamentos

	2014	2013
Financiamentos em moeda nacional		
Atualizados com base na variação da UR - TJLP (TJLP + 2,00%)	16.824	21.306
Atualizados com base na variação do CDI (106,12% do CDI) (1)	-	112.966
Atualizados com base na variação do CDI (CDI+2,00%) (2)	566.491	560.499
Atualizados com base na variação do CDI (CDI+0,30%) (3)	40.017	-
Atualizados com base na variação do CDI (CDI+1,60%)	12.394	24.674
Atualizados com base na variação do CDI (CDI+2,26%)	7.016	12.694
Financiamentos em moeda estrangeira		
Cesta de moedas (Cesta + 2,53% a.a.)	7.461	8.677
Total dos empréstimos e financiamentos	650.203	740.816
Circulante	182.505	149.482
Não circulante	467.698	591.334

A exposição dos empréstimos da Companhia a variações na taxa de juros e as datas de reprecificação contratual nas datas do balanço são como seguem:

	2014	2013
2014		149.482
2015	182.505	124.184
2016	106.513	106.184
2017	106.513	106.184
2018	105.072	104.782
2019	100.100	150.000
2020 em diante	49.500	
	650.203	740.816

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos são os seguintes:

	Valor contábil		Valor justo	
	2014	2013	2014	2013
Financiamentos em moeda nacional	642.742	732.139	642.539	731.533
Financiamentos em moeda estrangeira	7.461	8.677	7.461	8.677
	650.203	740.816	650.000	740.210

- (¹) Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa com base na taxa média de cotação dos empréstimos de 115% do CDI em 31 de dezembro de 2013. Este contrato foi liquidado em 26 de dezembro de 2014
 - Como garantia dos empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia junto ao Banco do Brasil, foi oferecida uma aplicação financeira, equivalente a 30% do saldo devedor dos contratos, em 31 de dezembro de 2013 este valor correspondia a aproximadamente R\$34.182. Em 26 de dezembro esta garantia foi liberada.
- (2) Referem-se ao valor atualizado da operação de financiamento, via emissão de notas promissórias, contratada em maio de 2013, e substituída por debêntures em novembro de 2013, para a aquisição de 50% da Carbocloro (conforme divulgado na Nota 1). Como garantia desta operação, foi oferecida a cessão fiduciária da totalidade dos valores referentes às distribuições de dividendos, juros sobre capital próprio, ou quaisquer outras formas de distribuição de resultados devidas pela Companhia aos acionistas Frank Geyer Abubakir, Maria Soares de Sampaio Geyer, e Vila Velha S.A. Administração e Participações (excetuado o montante devido a Sra. Maria Cecília Soares de Sampaio Geyer na qualidade de usufrutuária de parte das ações da Companhia, detidas por Vila Velha S.A. Administração e Participações). A cessão fiduciária dos dividendos foi oferecida sob condição suspensiva de eficácia e validade, nos termos do artigo 125 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).
- (3) Empréstimo contratado junto ao Banco Santander S.A. em 30 de dezembro de 2014 livre de garantias.

Os valores contábeis dos empréstimos de curto e longo prazo aproximam-se de seu valor justo.

Certos empréstimos apresentam também cláusulas que estabelecem o atendimento de determinados indicadores financeiros (*covenants*). Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 a Companhia estava adimplente com o atendimento dessas cláusulas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

20. Demandas judiciais

•	2014	2013
Fiscais	17.596	16.109
Trabalhistas	7.680	3.938
Cíveis	22.629	-
Ambientais	-	664
Outras perdas possíveis	-	1.598
Total	47.905	22.309
Depósitos judiciais fiscais	(13.028)	(12.694)
Depósitos judiciais trabalhistas	(897)	(1.888)
	(13.925)	(14.582)
	33.980	7.727
Circulante	3.227	3.109
Não Circulante	30.753	4.618

a) Demandas fiscais

- Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
 - Refere-se à correção monetária das parcelas do imposto de renda do exercício de 1989 e imposto de renda sobre o lucro líquido e contribuição social de 1990.
- Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)
 - i) Em função de ter sido revogada a liminar concedida anteriormente para a suspensão da exigibilidade dos valores devidos na forma da Lei nº 9.718/98, garantindo o direito ao recolhimento conforme legislação anterior (Lei Complementar nº 7/70 e Lei Complementar nº 70/91), a Companhia efetuou depósito judicial da diferença provisionada.
 - ii) Ação ajuizada para suspensão e de exigibilidade do PIS e COFINS incidentes sobre o valor do ICMS que integra o faturamento da Companhia.
- Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU)
 - Refere-se à ação anulatória de débito fiscal IPTU município de Cubatão/SP, em razão do excessivo valor venal adotado como base de cálculo pelo município.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

b) Demandas judiciais trabalhistas e previdenciárias

As ações judiciais de natureza trabalhistas referem-se, de maneira geral, a discussões de ex-funcionários questionando o direito sobre verbas não pagas. Nas ações judiciais previdenciárias, a Companhia questiona a incidência de encargos sociais sobre determinadas verbas remuneratórias.

c) Demandas judiciais cíveis

Discussão sobre empréstimo tomado junto à FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) em 1986. Em setembro foi proferida uma sentença parcialmente procedente aos nossos embargos de execução fixando nossa responsabilidade em 51%, a decisão não acolheu os demais argumentos. Em julho de 2014 o referido processo tinha avaliação de risco de perda possível no montante de R\$39.552 e em setembro o risco foi reavaliado para provável e o montante em 31 de dezembro de 2014 é de R\$22.505.

d) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2014, perdas classificadas pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída.

Disputas judiciais fiscais e cíveis no montante de R\$53.753 (31/12/2013 - R\$43.236), compostas substancialmente por compensações de impostos e contribuições não homologadas pela Receita Federal, processo de alargamento de base de cálculo - COFINS, processos judiciais ex-controladas Goyana, processo de arbitragem sobre contrato de compra e venda firmado com a LANXESS; ações de natureza trabalhistas e previdenciárias no montante de R\$8.749 (31/12/2013 – R\$1.227).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação das provisões para demandas judiciais

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Ambientais	Outros	Saldo	Depósito Judicial	Demandas Judicias
Saldo em 31 de dezembro de								
2012	3.016	2.000	-	-	-	5.016	(3.016)	2.000
Incorporação da Carbocloro	35.081	3.646	-	664	1.598	40.989	(15.066)	25.923
Adição de provisão	-	1.103	-	-	-	1.103	(992)	111
Reversão/ baixa	(9.902)	(1.631)	-	-	-	(11.533)	-	(11.533)
Atualização monetária	407	19	-	-	-	426	-	426
Pagamentos Transferência p/ depósito	(12.493)	(1.199)	-	-	-	(13.692)	-	(13.692)
sem provisão para demandas							4.492	4.492
Saldo em 31 de dezembro de 2013	16.109	3.938		664	1.598	22.309	(14.582)	7.727
Adição de provisão	1.790	4.734	22.629	-	-	29.153	-	29.153
Reversão/ baixa	(446)	(992)	-	(664)	(1.598)	(3.700)	991	(2.709)
Atualização monetária	143	-	-	-	-	143	-	143
Pagamentos Transf. p/ depósito s/	-	-	-	-	-	-	-	-
provisão para demandas							(334)	(334)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	17.596	7.680	22.629			47.905	(13.925)	33.980
Circulante	3.227					3.227		3.227
Não circulante	14.369	7.680	22.629	-	-	44.678	(13.925)	30.753

Saldos das

21. Outros passivos

	2014	2013
Serviços técnicos profissionais	280	8.137
Fretes sobre vendas	3.651	4.093
Desembaraço alfandegário	3.923	2.717
Obrigações de natureza fiscais	1.884	1.774
Obrigações de natureza trabalhistas e previdenciárias	30	3.468
Outras obrigações e compromissos	1.621	1.642
Total circulante	11.389	21.831
Circulante	11.389	21.831

Em 31 de dezembro de 2013, a rubrica de serviços técnicos profissionais continha valores a pagar a assessores jurídicos. Com a resolução das causas às quais estes saldos estavam atrelados, os honorários foram pagos pela Companhia durante o exercício de 2014.

22. Participação nos lucros e resultados

A participação dos empregados nos resultados apurados no exercício é determinada respeitando-se os acordos celebrados entre a Companhia e seus empregados, com a participação dos sindicatos classistas, observando-se as disposições legais, conforme estabelecido pelo Estatuto Social da Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

23. Imposto de renda e contribuição social

23.1. Mudanças na legislação do imposto de renda

(a) Medida Provisória 627/13 ("MP 627")

Esta norma estabelecia a não incidência de tributação sobre os dividendos calculados entre as competências contábeis de 2008 e 2013, efetivamente pagos até a data de publicação da MP 627, em valores superiores aos apurados com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Esta não incidência valeria, desde que a empresa que tenha pago dividendos optasse pela adoção antecipada do novo regime tributário já a partir de 2014.

(b) <u>Lei 12.973/14</u>

Em maio de 2014, a MP 627 foi convertida na Lei nº 12.973, com alterações em alguns dispositivos. Entre estas alterações, incluem-se o tratamento dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido.

Diferentemente do que previa a Medida Provisória, a Lei nº 12.973 estabeleceu a não incidência tributária, de forma incondicional, para os dividendos calculados entre as competências contábeis de 2008 e 2013.

A Companhia analisou os efeitos que poderiam advir da aplicação da nova lei nº 12.973 e concluiu que não há efeitos significativos para suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 e de 2013. Sendo assim, optou pela não antecipação de seus efeitos em 2014.

23.2. Conciliação da alíquota efetiva

3	2014	2013
Lucro antes dos impostos Alíquota nominal combinada de IRPJ e CSLL	74.796 34%	353.615 34%
Imposto calculado com base na alíquota nominal combinada	(25.431)	(120.229)
<u>Diferenças permanentes</u>		
Resultado de equivalência patrimonial	(1.090)	7.940
Combinações de negócios em estágios	-	117.037
Outros	(1.792)	1.709
Total créditos de diferenças permanentes	(2.882)	126.686
Reconhecimento de créditos de prejuízos fiscais de anos anteriores		
Prejuízos fiscais reconhecidos (projeções para o período		
2015 - 2024)	19.108	-
Total da despesa de IRPJ e CSLL registrada no resultado	(9.205)	6.457
Alíquota efetiva combinada de IRPJ e CSLL	12,31%	(1,83%)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

23.3. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto diferido ativo		
	2014	2013
Demandas judiciais	14.132	4.566
Obrigação com benefícios a empregados	8.253	8.487
Provisões diversas	3.596	4.900
Custos de empréstimos a amortizar	1.706	-
Ágio a amortizar	34.787	39.756
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	30.124	14.457
Outros	1.482	976
Total do imposto diferido ativo	94.080	73.142
harmonto difforda a constitu		
Imposto diferido passivo	004.4	0040
	2014	2013
Atualizações Monetárias	(3.436)	(718)
Efeito no cálculo de depreciação PN nº 1/2011	(56.108)	(37.627)
Tributos diferidos sobre mais valia	(74.516)	(76.728)
Outros	-	(331)
Total do imposto diferido passivo	(134.060)	(115.404)
Passivo de imposto diferido (líquido)	(39.980)	(42.262)

A recuperação dos tributos diferidos ativos foi projetada de acordo com a realização de determinados eventos e está dividida conforme abaixo:

	2014	2013
Ativo de imposto diferido		
Ativo de imposto diferido a ser recuperado após 12 meses	85.644	73.142
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	8.436	-
	94.080	73.142
Passivo de imposto diferido Passivo de imposto diferido a ser liquidado após 12 meses Passivo de imposto diferido a ser liquidado em até 12 meses	(131.787) (2.273) (134.060)	(115.404) (115.404)

Atendendo as determinações contidas na Instrução CVM 371/02, a Companhia ainda possui uma parcela de ativo fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social, não reconhecida na contabilidade da companhia no montante aproximado de R\$91.020.

A Companhia realizará anualmente estudo técnico de viabilidade relativo à expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e à medida que for provável que no futuro haverá lucros tributáveis suficientes para a realização do ativo fiscal diferido, a companhia o registrará contabilmente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

24. Obrigações com benefícios aos empregados

A composição do passivo atuarial líquido, preparadas com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2014 e de acordo com CPC 33 (R1), é demonstrada a seguir:

	2014	2013
Plano de saúde	2.308	584
Benefícios rescisórios (gratificação + multa FGTS)	19.026	21.351
Provisão para gratificação por tempo de serviço	2.910	-
Total	24.244	21.935

A Companhia é a principal patrocinadora da Carboprev, que tem como principais objetivos a complementação de benefícios assegurados e prestados pela Previdência Social aos funcionários da Unipar Carbocloro.

A política previdencial da Companhia executada pela Carboprev tem como fundamentação legal o artigo 202 da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, as Leis Complementares de nº 108 e 109, de 29 de maio de 2001, demais normas legais em vigor emanadas por órgãos reguladores ligados ao Ministério de Previdência e Assistência Social (MPAS), como a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), o Estatuto Social da Entidade Gestora e respectivos regulamentos dos planos de benefícios, também em concordância com a Resolução de nº 3792 do Conselho Monetário Nacional, de 24 de setembro de 2009, em que são nomeados pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão os Administradores Tecnicamente Qualificados para a Gestão dos Investimentos.

A Carboprev é dotada de autonomia administrativa, tendo como finalidade instituir planos de benefícios de natureza previdenciária aos seus participantes, empregados das patrocinadoras e respectivos beneficiários, mediante contribuições específicas, estabelecidas em seus planos e respectivos regulamentos.

O plano de aposentadoria na modalidade "benefício definido" é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, efeito de qualquer limite sobre a parcela do empregador no custo dos benefícios futuros, contribuições de empregados ou de terceiros que reduzam o custo final desses benefícios para a entidade etc. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício.

Para a execução de seus objetivos, a Carboprev recebe contribuições mensais dos patrocinadores e de seus participantes, calculadas com base na remuneração mensal dos funcionários, bem como de rendimentos auferidos pela aplicação de seu patrimônio. A Companhia contribuiu no exercício para os Planos Básico e

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

Suplementar o montante de R\$2.793 (31/12/13 - R\$2.298). Esses valores referem-se apenas à parcela de benefício definido dos planos.

Os planos de benefícios que dão suporte à Política de Previdência Complementar da Companhia se fundamentam nos respectivos regulamentos dos Planos, nos quais constam todos os direitos e obrigações dos participantes e, das patrocinadoras, o plano de custeio atuarial, os prazos legais, a forma de pagamento das contribuições mensais e dos benefícios, o tempo de contribuição mínima e outros parâmetros necessários para o dimensionamento atuarial. Todos os regulamentos são aprovados pelos órgãos legais internos de gestão, pela(s) patrocinadora(s) e pelos órgãos federais de supervisão e regulação conforme legislação em vigor.

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a consultoria atuarial externa responsável pelos cálculos atuariais dos planos de benefícios administrados pela Carboprev, a Diretoria Executiva e os representantes do Conselho Deliberativo da Fundação, e conta com o aval das patrocinadoras dos Planos Básico e Suplementar, conforme determina a Resolução CGPC nº 18/2006, alterada pela Resolução CNPC nº 9/2012.

a) Principais premissas

As principais premissas a seguir foram calculadas com base nas informações vigentes em 31 de dezembro de 2014, sendo revisadas anualmente:

Hipóteses econômicas	2014	2013
Taxa de desconto nominal	11,27 % a.a.	11,93% a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Taxa de crescimento salarial futuro	6,89% a.a.	6,89% a.a.
Taxa de crescimento dos benefícios da pre	evidência	
social e dos limites	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Hipóteses demográficas	2014	
Tábua de mortalidade de válido	AT-2000	
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57	
Tábua de entrada em invalidez	Mercer Disability	1
Tábua de rotatividade Até 10SM: 0.45/(TS+1)		
	De 10 a 20SM: 0.30/(TS+1)
	Acima de 20SM: 0.15/	(TS+1)
Idade de aposentadoria	10% na 1º elegibilid	ade
	3% entre a 1º elegibilidade e	e a aposent.
	normal e	
	100% na elegibilidade a apos	
% de participantes ativos casados na	Ativos 90% casado com esp	•
data da aposentadoria	anos mais jovem	
	Assistidos: família ı	reai

As premissas referentes à experiência de mortalidade são estabelecidas com base em opinião de atuários, ajustadas de acordo com o perfil demográfico dos empregados da Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

A Companhia e a Carboprev juntos poderão realizar estudos de confrontação ativo/passivo com o objetivo de buscar operações no mercado financeiro de capitais e de seguros, visando à redução ou eliminação dos riscos atuariais dos Planos.

Através de seus planos de benefícios definidos, a Companhia está exposta a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

Volatilidade dos ativos

As obrigações do plano são calculadas usando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos privados ou do governo, na ausência de mercado ativo; caso os ativos do plano não atinjam essa rentabilidade, isso criará um déficit que necessitará de equacionamento.

Variação na rentabilidade dos títulos

Uma diminuição na rentabilidade de títulos privados ou governamentais resultará no aumento das obrigações do plano, embora essa variação seja compensada parcialmente por um aumento no valor justo dos títulos detidos pelos planos.

Risco de inflação

Algumas obrigações dos planos de pensão são vinculadas à inflação, sendo que uma inflação maior levará a um maior nível de obrigações (embora, em muitos casos, existam limites ao nível de reajustes inflacionários permitidos para proteger o plano contra taxas extremas de inflação). A maior parte dos ativos do plano ou não são afetados (títulos com juros pré-fixados) ou têm uma pequena correlação (ações) com a inflação, o que significa que uma alta na inflação resultará também em alta no déficit.

Expectativa de vida

A maior parte das obrigações dos planos consiste na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultarão em aumento nas obrigações dos planos. Isso é particularmente significativo no caso do plano do Brasil, no qual os reajustes por conta da inflação resultam em maior sensibilidade às mudanças na expectativa de vida.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

b) Resultados contábeis atuariais

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, observando os princípios estabelecidos pela Deliberação CVM nº 695/12, e ela é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, denominados em reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimentos próximos dos prazos das respectivas obrigações.

Plano de Previdência

	2014	2013
Valor presente das obrigações atuariais	97.562	82.318
Valor justo dos ativos	(103.901)	(96.891)
Superávit	(6.339)	(14.573)
Efeito do teto do ativo	6.339	14.573
Passivo atuarial líquido	-	-

A movimentação do valor presente das obrigações atuariais durante o exercício é demonstrada a seguir:

_	2014	2013
Incorporado Carbocloro	-	101.565
Obrigações atuariais no final do exercício anterior	82.318	-
Custo de serviço corrente	1.435	2.014
Custo financeiro	9.520	8.622
Contribuições dos participantes do plano	21	17
Perdas atuariais - experiência	3.386	4.587
Perdas/ ganhos atuariais - premissas financeiras	6.527	(30.039)
Benefícios pagos sobre ativos do plano	(5.645)	(4.448)
Saldo em 31 de dezembro	97.562	82.318

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefício no exercício é demonstrada a seguir:

	2014	2013
Incorporado Carbocloro	-	96.237
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício anterior	96.891	-
Receitas de juros sobre os ativos do plano	(1.570)	(5.467)
Retorno esperado sobre os ativos do plano	11.411	8.254
Contribuições do empregador	2.793	2.298
Contribuições dos empregados	21	17
Benefícios pagos	(5.645)	(4.448)
Saldo em 31 de dezembro	103.901	96.891

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do passivo atuarial líquido do plano de benefício no exercício é demonstrada a seguir:

	2014	2013
Incorporado Carbocloro	-	5.328
Custo de serviço corrente e juros sobre ativo		
líquido	1.283	2.382
Contribuições da patrocinadora	(2.793)	(2.298)
Efeitos de remensuração - ganhos atuariais e		, ,
variação de teto do ativo no período	1.510	(5.412)
Passivo atuarial líquido	-	-

As despesas atuariais reconhecidas no exercício de 2014 e a projeção para estas despesas no ano seguinte, referentes ao plano de benefício, estão demonstradas a seguir:

		<u>projeção</u>
	2014	2015
Custo de serviço corrente	1.435	2.433
Custo financeiro	9.520	10.689
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(11.411)	(11.598)
Despesas de juros	1.739	714
	1.283	2.238

A seguir apresentamos a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

	Pagamentos estimados
31/12/2015	5.432
31/12/2016	6.055
31/12/2017	6.196
31/12/2018	6.452
31/12/2019	6.521
31/12/2020 a 31/12/2024	35.611

Outros dados acerca do plano:

Quantidade de participantes	2014	2013
Ativos	457	419
Vested	6	6
Anosentados	109	86

Plano de Saúde

A movimentação do valor presente das obrigações atuariais durante o exercício é demonstrada a seguir:

_	2014	2013
Incorporado Carbocloro	_	7.996
Obrigações atuariais no final do exercício anterior	584	-
Custo de serviço corrente	-	360
Custo financeiro	61	686
Ganhos atuariais - experiência	26	(1.549)
Ganhos atuariais - premissas financeira	68	(11)
Benefício pago diretamente pela Companhia	(309)	(137)
Custo de serviço passado	1.878	(6.761)
- -	2.308	584

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

iores expressos em minares, excelo quando indicado de odira forma)

A obrigação atuarial relacionada ao plano de saúde não possui ativos financeiros como garantia

A movimentação do passivo atuarial líquido do plano de benefício no exercício é demonstrada a seguir:

_	2014	2013
Incorporado Carbocloro	-	7.996
Obrigações atuariais no final do exercício anterior	584	-
Custo de serviço corrente, juros sobre passivo		
líquido e custo de serviço passado	1.939	(5.715)
Contribuições da patrocinadora	(309)	(138)
Efeitos de remensuração - (ganhos)/perdas		
atuariais e variação de teto do ativo no período	94	(1.559)
_	2.308	584

As despesas atuariais reconhecidas no exercício de 2014 e a projeção para estas despesas no ano seguinte, referentes ao plano de benefício, estão demonstradas a seguir:

		<u>projeção</u>
	2014	2015
Custo de serviço corrente	-	93
Custo financeiro	61	236
Custo de serviço passado	1.878	-
	1.939	329

A seguir apresentamos a estimativa de pagamento de benefícios para os próximos 10 anos.

	Pagamentos estimados
31/12/2015	430
31/12/2016	311
31/12/2017	251
31/12/2018	265
31/12/2019	250
31/12/2020 a 31/12/2024	1.477

Outros dados acerca do plano:

A quantidade de empregados e ex-empregados beneficiários desse benefício de reembolso de despesas médicas totaliza 57 em 31 de dezembro de 2014 (31/12/2013 – 32).

Benefícios rescisórios - multa do FGTS

Em 10 de maio de 2004, foi aprovada pela diretoria da Companhia a política corporativa de desligamento de funcionários que inclui o desligamento compulsório de funcionários atingindo a idade limite de 60 anos. Nesses casos, a política define o pagamento de todas as verbas rescisórias normalmente pagas no desligamento de funcionários, inclusive a multa rescisória de 50% do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

Este benefício é contabilizado como uma obrigação pós-emprego com característica de benefício definido.

A movimentação do valor presente das obrigações atuariais durante o exercício é demonstrada a seguir:

	2014	2013
Incorporado Carbocloro	-	28.303
Obrigações atuariais no final do exercício anterior	21.351	-
Custo de serviço corrente	1.004	1.304
Custo financeiro	2.247	2.368
Perdas atuariais - experiência	509	3.581
Ganhos atuariais - premissas financeiras	621	(3.396)
Benefício pago diretamente pelo empregador	(6.706)	(6.611)
Custo de serviço passado	<u> </u>	(4.198)
_	19.026	21.351

A movimentação do passivo atuarial líquido do plano de benefício no exercício é demonstrada a seguir:

_	2014	2013
Incorporado Carbocloro	-	28.303
Obrigações atuariais no final do exercício anterior Custo de serviço corrente, juros sobre passivo	21.351	-
líquido e custo de serviço passado	4.381	(341)
Contribuições da patrocinadora	(6.706)	(6.611)
_	19.026	21.351

As despesas atuariais reconhecidas no exercício de 2014 e a projeção para estas despesas no ano seguinte, referentes ao plano de benefício, estão demonstradas a seguir:

	2014	<u>projeçao</u> 2015
Custo de serviço corrente	1.004	1.159
Custo financeiro	2.247	1.954
Ganhos e Perdas atuariais	1.130	-
	4.381	3.113

A seguir apresentamos a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

	estimados
31/12/2015	3.372
31/12/2016	2.805
31/12/2017	2.203
31/12/2018	2.115
31/12/2019	3.007
31/12/2020 a 31/12/2024	14.870

Outros dados acerca do plano:

A quantidade de empregados ativos beneficiários desses benefícios totaliza 430 (31/12/2013 – 417)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

c) Análise de sensibilidade

As premissas adotadas para o cálculo atuarial do plano de benefício definido têm um efeito significativo sobre os montantes divulgados. Apresentamos a seguir o impacto no cálculo dos benefícios considerando a alteração das premissas assumidas:

		Plano de previd	ência		
Descrição da premissa	Dados considerados	Dados considerados	Avaliação do	Impacto em R\$ mil efeito	Impacto em R\$ mil
	no laudo atuarial 2013	no laudo atuarial 2014	impacto	na obrigação 2014	efeito na obrigação 2013
Taxa de desconto	12,93%	12,27%	Aumento de 1%	(10.017)	(8.089)
Taxa de desconto	10,93%	10,27%	Redução de 1%	12.161	9.747
	AT -2000 agravada em	AT -2000 agravada em			
Tábua de mortalidade	10%	10%	Aumento de 10%	1.484	1.323
	AT -2000 desagravada	AT -2000 desagravada			
Tábua de mortalidade	em 10%	em 10%	Redução de 10%	(1.715)	(1.368)
		Plano de saú	de		
Decembra de manuface	Dados considerados	Dados considerados	Avaliação do	Impacto em R\$ mil efeito	Impacto em R\$ mil
Descrição da premissa	no laudo atuarial 2013	no laudo atuarial 2014	impacto	na obrigação 2014	efeito na obrigação 2013
Taxa de desconto	12,93%	12,27%	Aumento de 1%	(106)	(4)
Taxa de desconto	10,93%	10,27%	Redução de 1%	121	4
Tábua de mortalidade	AT -2000 agravada em	AT -2000 agravada em	Aumento de 10%		
rabua de mortalidade	10%	10%	Aumento de 10%	5	-
Tábua de mortalidade	AT -2000 desagravada	AT -2000 desagravada	Doducão do 100/		
rabua de mortalidade	em 10%	em 10%	Redução de 10%	(5)	-
		Benefícios resci	sórios		
Danasia a da susasiana	Dados considerados	Dados considerados	Avaliação do	Impacto em R\$ mil efeito	Impacto em R\$ mil
Descrição da premissa	no laudo atuarial 2013	no laudo atuarial 2014	impacto	na obrigação 2014	efeito na obrigação 2013
Taxa de desconto	12,93%	12,27%	Aumento de 1%	(966)	(998)
Taxa de desconto	10,93%	10,27%	Redução de 1%	1.087	1.117
	AT -2000 agravada em	AT -2000 agravada em	•		
Tábua de mortalidade	10%	10%	Aumento de 10%	48	38
	AT -2000 desagravada	AT -2000 desagravada			
Tábua de mortalidade	em 10%	em 10%	Redução de 10%	(48)	(40)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

25. Capital social

a) Capital autorizado

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, o capital social da Unipar era de R\$384.331. A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, por deliberação de seu Conselho de Administração, até o valor de R\$840.000.

b) Capital subscrito e integralizado

Em 31 de dezembro de 2013, o capital subscrito e integralizado era composto por ações nominativas escriturais de valor unitário nominal de R\$0,46 (quarenta e seis centavos)

Em 27 de novembro de 2014, a Assembleia Geral de Acionistas da Unipar aprovou os seguintes temas:

- (i) grupamento de ações, de forma a atender o novo Regulamento de Listagem da BMF Bovespa, à razão de 10 ações para 1 ação;
- (ii) a supressão do valor nominal da totalidade das ações ordinárias e das ações preferenciais classes "A" e "B"; e
- (iii) a adequação das preferências das ações preferenciais classe "A" em razão da supressão do valor nominal.

O quadro abaixo demonstra a comparação do número de ações que compõem o capital social da Companhia ao final dos dois últimos exercícios:

	Quantidade de ações em milhares	
	2014	2013
Ações ordinárias	27.850	278.501
Ações preferenciais Classe A	2.591	25.907
Ações preferenciais Classe B	53.109	531.094
	83.550	835.502

c) <u>Direitos das ações</u>

As ações ordinárias têm direito a voto nas deliberações sociais. As ações preferenciais, ressalvando-se o caso de situações excepcionais, não possuem este direito.

Em 31 de dezembro de 2013, as ações preferenciais Classe A tinham direito ao recebimento de dividendo mínimo prioritário de 10% ao ano sobre o valor nominal de cada ação, sendo assegurado que tais dividendos não seriam inferiores a 110% do atribuído a cada ação ordinária. Com a alteração

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

estatutária de 27 de novembro de 2014, que suprimiram o valor nominal das ações, o cálculo do dividendo mínimo passou a ser realizado sobre a parcela do capital social constituído por esta classe de ação.

As ações preferenciais Classe B têm prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia, e recebimento de um dividendo 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

Todas as ações participam em igualdade de condições na distribuição de bonificações em ações decorrentes da capitalização de reservas e/ou de lucros

d) Ações em tesouraria

A Companhia possui 2.921.547 ações em tesouraria com valor contábil correspondente a R\$14.879 e valor de mercado em 31 de dezembro de 2014 de R\$13.790 (31/12/2013 - R\$15.553).

26. Reservas de lucros

	Reserva legal	Reserva Especial para Dividendos	Reserva de retenção de lucros	Reserva para investimento	Reserva de Lucros à Realizar	Total
Em 31 de dezembro de 2013 Constituição (utilização)	19.852	19.852	65.501	-	267.203	372.408
de Reservas Em 31 de dezembro	3.280	3.280		43.453	(4.294)	45.719
de 2014	23.132	23.132	65.501	43.453	262.909	418.127

Os saldos das reservas de lucro, exceto para contingências, incentivos fiscais e lucros a realizar não poderão ultrapassar o valor do capital social.

a) Reserva legal

Constituída com base no art. 193 da Lei 6.404/76. Nesta reserva, apropria-se de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir os limites fixados pela legislação societária.

b) Reserva especial para dividendos – estatutária

Constituída com base no art. 33 (v) do estatuto social da Companhia. Essa reserva tem por finalidade assegurar fluxo regular de dividendos e possibilitar o pagamento antecipado do dividendo obrigatório durante cada exercício social até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as respectivas demonstrações financeiras.

À reserva especial para dividendos é destinado, anualmente, 5% do lucro líquido do exercício. Eventuais reversões devido ao pagamento antecipado de dividendo obrigatório devem ser recompostas. O saldo desta reserva não poderá exceder 20% do capital social.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

c) Reserva para investimentos – estatutária

Criada no exercício de 2014, a reserva para investimentos está prevista no art. 33 (vi) do estatuto social da Companhia. Sua finalidade é assegurar a realização de investimentos de interesse da Companhia, bem como reforçar seu capital de giro.

d) Retenção de lucros

Registrada conforme art. 196 da Lei 6.404/76. Constituída mediante a retenção do lucro líquido, após constituição de outras reservas e pagamento de dividendos, com a finalidade de fazer jus ao orçamento de capital proposto pela Administração e aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas.

e) Reserva de lucros a realizar

Reserva constituída com base no art. 197 da Lei 6.404/76.

No exercício de 2013, foram apurados lucros não realizados decorrentes de combinação de negócios em estágios. Os saldos do lucro líquido, realizado e não realizado, são demonstrados abaixo:

Lucro líquido do exercício de 2013	360.072
Lucro líquido não realizado – combinação de negócios em estágios	(344.226)
Lucro líquido realizado	15.846

O valor de R\$85.517, a ser distribuído como dividendo mínimo obrigatório, foi superior à parcela realizada do resultado do exercício. Sendo assim, a Companhia optou pela constituição de reserva de lucros a realizar, sobre o dividendo mínimo obrigatório, de R\$69.671.

Conforme descrito na Nota 32, o total do lucro realizado de 2013 foi pago aos acionistas como dividendos. Para efetuar o cálculo da reserva de lucros a realizar, além dos dividendos pagos, foram consideradas também todas as demais destinações de lucro. A tabela a seguir demonstra como foi determinado o total da reserva de lucros a realizar do exercício de 2013:

Lucro líquido do exercício de 2013	360.072
<u>Destinações</u>	
(-) Reserva legal	(18.004)
(-) Reserva especial para dividendos	(18.004)
(-) Retenção de lucros - orçamento de capital	(41.015)
(-) Dividendos	(15.846)
Total da reserva de lucros a realizar	267.203

A realização desta reserva ocorre conforme a depreciação e amortização ou pela realização efetiva dos ativos reavaliados na combinação de negócios em estágios.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação da reserva durante o exercício de 2014 foi a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	267.203
Realização da reserva em 2014	
Efeitos de depreciação e amortização de mais valia de ativos Efeitos de baixa de mais valia de ativos Efeitos tributários sobre as realizações acima Total realizado	(6.466) (40) 2.212 (4.294)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	262.909

27. Receita operacional líquida

	2014	2013
Receita bruta de vendas		
Mercado interno	1.010.733	244.650
Mercado externo	6.544	-
	1.017.277	244.650
Deduções da receita bruta		
ICMS	(151.251)	(35.997)
COFINS	(72.481)	(17.454)
PIS	(15.736)	(3.789)
Impostos incidentes sobre vendas e abatimentos	(1.326)	(101)
Receita líquida de vendas	776.483	187.309

28. Despesas por natureza

_	2014	2013
Variações nos estoques de matérias-primas, materiais de consumo, produtos em elaboração e		
produtos acabados	(151.885)	(37.075)
Energia elétrica	(113.935)	(32.157)
Despesa com salários e benefícios a empregados	(134.758)	(35.218)
Encargos de depreciação e amortização	(46.909)	(16.913)
Serviços de terceiros	(57.763)	(20.470)
Despesas com fretes de vendas	(82.174)	(20.104)
Outras	(34.340)	(10.490)
	(621.764)	(172.427)
Custo das vendas	(422.541)	(100.749)
Despesas com vendas	(83.791)	(20.676)
Despesas gerais e administrativas	(115.432)	(51.002)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

29. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2014	2013
Resultado líquido na baixa de ativos	11.580	(2.271)
Impostos recuperados	7.514	-
Outras receitas operacionais	467	-
Provisão para perdas com créditos incobráveis	(6.701)	(1.108)
Reversão (constituição) de contingências cíveis	(22.629)	-
Reversão (constituição) de contingências tributárias	(2.495)	(3.440)
Reversão (constituição) de contingências trabalhistas	(3.247)	2.620
Reversão contingência ambiental	664	-
Outras despesas operacionais	(377)	(473)
Total de outras receitas (despesas) operacionais	(15.224)	(4.672)

30. Resultado financeiro

	2014	2013
Despesa financeira Juros de empréstimos e financiamentos Demais encargos sobre empréstimos Variações cambiais passivas sobre empréstimo Variações monetárias sobre contingências	(84.639) (5.190) (3)	(55.558) (1.107) (44)
judiciais	(143)	(426)
Outras despesas financeiras	(544)	(4.565)
	(90.519)	(61.700)
Receita financeira		<u> </u>
Receitas de equivalentes de caixa e TVM	22.724	17.494
Variações monetárias sobre depósitos judiciais	2.940	2.413
Outras receitas	3.361	5.133
<u>-</u>	29.025	25.040
Resultado financeiro líquido	(61.494)	(36.660)

31. Resultado por ação – básico

O resultado básico por ação é calculado pela divisão entre o resultado atribuível aos acionistas e a quantidade média ponderada de ações durante o exercício, excluindo as ações em tesouraria.

Conforme citado na nota explicativa 25 b), ao final de 2014 foi realizado grupamento de ações da Companhia, à razão de 10 ações para 1 ação. Seguindo os critérios de apresentação e cálculo estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 41, na hipótese de grupamento de ações, o cálculo do resultado por ação para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras deve ser ajustado retrospectivamente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

		3	31 de dezembro	de 2014	
Tipo de ação	Lucro atribuído aos acionistas	Quantidade de ações (em milhares)	Ações em tesouraria (em milhares)	Quantidade de ações, exceto as em tesouraria (em milhares)	Lucro por ação (R\$ por ação)
Ações Ordinárias	21.187	27.850	(98)	27.752	0,76
Ações Preferenciais Classe A	2.176	2.591	-	2.591	0,84
Ações Preferenciais Classe B	42.228	53.109	(2.824)	50.285	0,84
Total	65.591	83.550	(2.922)	80.628	

	31 de dezembro de 2013 - (reapresentado)				
	Lucro atribuído aos acionistas	Quantidade de ações (em milhares)	Ações em tesouraria (em milhares)	Quantidade de ações, exceto as em tesouraria (em milhares)	Lucro por ação (R\$ por ação)
Ações Ordinárias	116.309	27.850	(98)	27.752	4,19
Ações Preferenciais Classe A	11.943	2.591	· -	2.591	4,61
Ações Preferenciais Classe B	231.820	53.109	(2.824)	50.285	4,61
Total	360.072	83.550	(2.922)	80.628	

32. Dividendos

Aos titulares de ações de qualquer espécie é assegurado, estatutariamente, em cada exercício, um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária. Os cálculos dos dividendos para os exercícios de 2014 e 2013, assim como as demais destinações do lucro líquido do exercício, são demonstrados abaixo:

	2014	2013
Lucro líquido ao final do exercício (-) Constituição de reserva legal	65.591 (3.280)	360.072 (18.004)
Lucro líquido ajustado	62.311	342.068
Dividendos mínimos obrigatórios (25% do lucro líquido ajustado) Reversão (constituição) de reserva de lucros a realizar - nota 26 (e)	15.578 4.294	85.517 (69.671)
Dividendos propostos	19.872	15.846
Saldo remanescente a destinar	(46.733)	(326.223)
(-) Reserva especial de dividendos - nota 26 (b)	(3.280)	(18.004)
(-) Retenção de lucros - nota 26 (d)	-	(41.015)
(-) Reserva de lucros a realizar - nota 26 (e)	-	(267.203)
(-) Reserva para investimentos - nota 26 (c)	(43.453)	-

Dividendos propostos por tipo de ação

Tipo de Ação	Dividendo por ação
ON	0,22
PNA	0,46
PNB	0,25

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

33. Compromissos

A Companhia possui contratos para aquisição de energia elétrica, de longo prazo com vigência até dezembro de 2019 e o montante contratado atualmente é de aproximadamente R\$456.975 (31/12/2013 - R\$138.577 contratos com vigência até setembro de 2014). Historicamente, a Companhia tem consumido de forma integral as quantidades de energia elétrica contratadas.

34. Obrigações com arrendamento mercantil

A Companhia acredita que os pagamentos de aluguéis mínimos, de arrendamento mercantil operacional, não canceláveis, referem-se ao período contratual do curso normal da operação.

O contrato possui cláusula de multa em caso de quebra contratual, equivalente a três meses de aluguel. Se a Companhia encerrasse esse contrato em 31 de dezembro de 2014, o montante da multa seria de R\$300 (31/12/2013 – R\$300).

Esta obrigação de arrendamento operacional é apresentada no quadro abaixo, como requerido pelo CPC 6.

	2014	2013
	-	1.200
2015	1.200	1.200
2016	1.200	1.200
2017	1.200	1.200
2018	800	800
	4.400	5.600

35. Transações com partes relacionadas

A Companhia adota práticas de governança corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação. Todas as decisões acerca das operações são submetidas à Administração, conforme competências definidas pelo estatuto social. Assim, as nossas operações, especialmente, aquelas que se deram com partes relacionadas, foram submetidas aos órgãos decisórios da nossa Companhia, conforme as regras vigentes.

As operações e negócios com partes relacionadas, quando realizadas, seguem os padrões de mercado e são amparadas pelas devidas avaliações prévias de suas condições, e de estrito interesse de cada empresa em sua realização, não gerando qualquer benefício ou prejuízo à Companhia, em detrimento das demais partes relacionadas ou partes independentes.

A Companhia é controlada pela Vila Velha S.A. Administração e Participações, que detém 57,30% das ações ordinárias da Sociedade. Os 42,70% remanescentes das ações são detidos por diversos acionistas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia adquiriu debêntures da sua coligada Tecsis em 31 de janeiro de 2013 no montante principal de R\$14.000 e em 28 de fevereiro de 2013 no montante principal de R\$24.000. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo total a receber perfaz o montante de R\$43.776, incluindo principal e juros do período, inclusive da parcela de juros com vencimento em 31 de julho de 2014.

Tendo em vista a necessidade de investimentos e preservação do caixa da Tecsis, no dia 31 de julho de 2014 foi aprovada em Assembleia Geral de Debenturistas a suspensão até o dia 31 de janeiro de 2015 da cobrança e exercício de demais direitos dos Debenturistas em relação ao pagamento, pela Tecsis, da parcela semestral dos juros remuneratórios e da atualização monetária das debêntures devida em 31 de julho de 2014.

A amortização será pelo montante principal total de R\$38.000 em 31 de janeiro de 2015, com atualização monetária pelo IPCA + juros remuneratórios pagos semestralmente, de acordo com a escala a seguir:

- (i) IPCA + 6,5% a.a. de 31 de janeiro de 2013 até 31 de julho de 2013;
- (ii) IPCA + 8,5% a.a. de 1º de agosto de 2013 até 31 de janeiro de 2014;
- (iii) IPCA + 10,0% a.a. de 1º de fevereiro de 2014 até a 31 de janeiro de 2015.

A Receita financeira obtida sobre as debentures emitidas pela coligada Tecsis foi de R\$6.514 em 31 de dezembro de 2014 (31/12/2013 - R\$4.327).

a) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga a esses membros está abaixo demonstrada:

	2014	2013
Benefícios de Curto Prazo a Administradores	10.256	7.813

Não houve pagamentos de benefícios pós-emprego, de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

36. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

37. Eventos subsequentes

a) Reestruturação de capital Tecsis

Em 03 de fevereiro de 2015, a Assembleia Geral de Acionistas da Tecsis aprovou operação de reestruturação do capital da empresa que, entre outros fatores, abrange o seguinte:

- (i) repactuação de condições das debêntures da 3ª emissão (vide Nota 9 e 35): o prazo de pagamento dos juros remuneratórios, atualização monetária e principal passou de 31 de janeiro de 2015 para 10 de junho de 2015;
- (ii) emissão de debêntures simples (4a emissão), não conversíveis em ações, no valor de até R\$38.000: a remuneração destes papéis será de 8% ao ano, mais variação do IPCA. Estas debêntures poderão ser integralizadas pelos detentores das debêntures da 3a emissão, mediante a entrega destas à Tecsis. O prazo de liquidação dos papéis será de 24 meses, contados a partir de 10 de junho de 2015;
- (iii) <u>aumento do capital social da Tecsis, no valor de até R\$110.000</u>: o aumento de capital ocorrerá através da emissão de ações ordinárias, integralizadas com os créditos de principal, juros e atualização monetária das debêntures da 3a emissão. Conforme divulgado em fato relevante, na data de 03 de fevereiro de 2015, a Unipar somente utilizará seus créditos de juros e atualização monetária para subscrever e integralizar capital na Tecsis;
- (iv) bônus de subscrição: será cancelado o Bônus de Subscrição no 3 Quarta Série, emitido em 22/03/2013 à Companhia, e emitido um novo bônus de subscrição nos mesmos termos e condições daquele que foi cancelado, mas em quantidade de ações passíveis de subscrição distintas para Unipar e Estáter.

Através da celebração de Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda de Debêntures e Outras Avenças, a Estáter compromete-se a adquirir debêntures da 3ª emissão da Tecsis, detidas pela Unipar, no valor total de R\$18.500, e direitos de subscrição de até 461.792 ações ordinárias, também detidos pela Unipar, relativos ao Bônus de Subscrição nº 3 – Quarta Série. Verificadas as condições suspensivas para a aquisição, pela Estáter, das debêntures da 3ª emissão, o pagamento à Unipar será realizado em até 24 meses, a partir de 05 de junho de 2015, e atualizado pelo IPCA e acrescido de juros de 7% ao ano, a contar da data de verificação das condições suspensivas.

Em virtude da celebração do Compromisso de Compra e Venda, caso as condições suspensivas sejam implementadas até 05 de junho de 2015, das 38.000.000 de debêntures da 3ª emissão originalmente detidas pela

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (valores expressos em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia, esta passará a deter apenas 19.500.000, cujo valor de principal será utilizado na subscrição e integralização de Debêntures da 4ª Emissão, no montante de R\$19.500. Caso as condições suspensivas não sejam implementadas, a Companhia subscreverá e integralizará R\$38.000 em debêntures da 4ª Emissão.

Independentemente da verificação das condições suspensivas, considerandose a subscrição e integralização do capital social da Tecsis pelos demais acionistas e pela Companhia (essa última, por meio da utilização apenas de créditos decorrentes dos juros remuneratórios e atualização monetária das debêntures da 3ª emissão), espera-se que, considerando-se as atuais condições de mercado, a Companhia passe a deter ações ordinárias representativas de aproximadamente 17% do capital social total da Tecsis.

b) Processo cível – Ex-controlada Goyana S.A Indústrias de Matérias Plásticas

Levantamento de valores – depósito judicial relacionado à causa da Goyana. Em 14 de janeiro de 2015, a Companhia levantou parte dos valores dos depósitos judiciais referentes à causa relacionada à ex-controlada Goyana S.A. Indústrias Brasileiras de Materiais Plásticos. O valor levantado foi de R\$2.275.

c) <u>Captação de financiamento junto ao Banco BNDES.</u>

Em fevereiro de 2015, a Companhia firmou operação de financiamento com o Banco BNDES no valor total de R\$25.400, dividido em três sub-créditos, nas condições a seguir: sub-crédito "A" R\$11.100 a um custo de TJLP + 2,36% a.a.; sub-crédito "B" R\$11.100 a um custo de Selic + 2,36% a.a; e sub-crédito "C" R\$3.200 a um custo de TJLP + 2,06% a.a.. O crédito será colocado à disposição da Companhia, parceladamente, mediante o cumprimento de certas cláusulas do contrato de abertura de crédito. As amortizações de principal serão em 60 parcelas mensais. Os recursos serão utilizados para investimento em manutenção e modernização da Planta Fabril localizada no munícipio de Cubatão.

d) Captação de financiamento junto ao Banco Santander S.A.

Em março de 2015, a Companhia firmou operação de financiamento com o Banco Santander S.A. no valor de R\$80.000 pelo prazo de 24 meses a um custo de variação do CDI + 1,20% a.a. Os recursos serão utilizados para reforçar a posição de caixa da Companhia.